

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO –
CPA
FACULDADE DE DIREITO MILTON
CAMPOS**

RELATÓRIO INTEGRAL TRIÊNIO 2015-2017

NOVA LIMA - MARÇO DE 2018

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 A Faculdade de Direito Milton Campos	3
1.2 Composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA	5
2 . METODOLOGIA DE TRABALHO.....	6
2.1 Elaboração dos questionários utilizados	6
2.2 Instrumentos avaliativos utilizados.....	7
2. DESENVOLVIMENTO: apresentação e análise de dados.....	8
3.1 EIXO 1- Planejamento e Avaliação Institucional.....	8
3.1.1 Evolução institucional a partir de processos de planejamento e avaliação institucional.....	8
3.1.2 Projeto ou processo de autoavaliação institucional.....	9
3.1.3 Autoavaliação e participação da comunidade acadêmica.....	10
3.1.4 Autoavaliação e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	11
3.1.5 Elaboração de relatório.....	12
3.2 EIXO 2 - Desenvolvimento Institucional	12
3.2.1 Missão institucional, metas e objetivos previstos no PDI (Dimensão 1)	12
3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (Dimensão 3)	17
3.3 EIXO 3 - Políticas Acadêmicas	21
3.3.1 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (Dimensão 2)	21
3.3.1.1 No Ensino: a nova grade curricular, a nova regulamentação sobre atividades complementares, a ampliação da monitoria e o CPJ	22
3.3.1.1.1 A nova grade curricular	22
3.3.1.1.2 A nova Regulamentação sobre Atividades Complementares	22
3.3.1.1.3 A Monitoria	23
3.3.1.1.4 O CPJ – Centro de Práticas Jurídicas	24
3.3.1.2 Na Pesquisa:.....	24
3.3.1.3 Na Extensão:.....	29
3.3.1.3.1 Da finalidade e configuração da extensão: uma perspectiva ampliada.....	29
3.3.1.3.2 Das realizações da extensão em 2017 (incluído o CPJ)	31
3.3.2. Comunicação com a Sociedade (Dimensão 4).....	34
3.3.3 Política de Atendimento aos Discentes (Dimensão 9).....	35
3.4 Políticas de Gestão:.....	38
3.4.1 Políticas de Pessoal (Dimensão 5)	38
3.4.2 Organização e Gestão da Instituição (Dimensão 6).....	39
3.4.3 Sustentabilidade financeira (Dimensão 10)	40
3.5 EIXO 5 - Infraestrutura física.....	41
3.5.1 Infraestrutura geral	41
3.5.2 Biblioteca.....	41
3.5.3 Infraestrutura de informática	43
4. Análise dos dados e das informações:	43
4.1 Análise dos dados referentes a 2017	43
4.1.1 Eixo 1	43
4.1.2. Eixo 2.....	44
4.1.3 Eixo 3.....	45
4.1.4 Eixo 4.....	47
4.1.5 Eixo 5.....	48
5. Análise comparativa dos relatórios 2015/2016 e 2016/2017.....	48
6. Ações com base na análise.....	51
7. CONCLUSÃO	53

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório integral retrata as ações consolidadas da Comissão Própria de Avaliação - CPA (composição descrita no item 1.2) da Faculdade de Direito Milton Campos no decorrer do ano de 2017, elaborado a partir de avaliações realizadas junto à comunidade acadêmica, com base no Roteiro de Autoavaliação Institucional do SINAES, instruído pela nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, e se completa com uma análise global que encerra o triênio, considerando dados dos relatórios parciais de 2015 e 2016. A coleta de dados foi feita por meio da realização de pesquisa e entrevistas junto à comunidade acadêmica e corpo técnico-administrativo, bem como por meio do exame de documentação disponível, tendo como objetivo diagnosticar fragilidades, potencialidades e soluções que possibilitem a concretização dos objetivos estabelecidos no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

1.1 A Faculdade de Direito Milton Campos

A Faculdade de Direito Milton Campos foi criada em 1975, sendo uma instituição privada com fins lucrativos, situada na Rua Milton Campos, n. 202, Bairro Vila da Serra, Município de Nova Lima, em Minas Gerais, local de seu *campus* I. Há o *campus* II da instituição, geograficamente próximo, situado na Avenida Oscar Niemayer, n. 61, também no Bairro Vila da Serra, no qual está sediada a Faculdade de Administração, que ministra os cursos de Administração e Ciências Contábeis, e abriga também as Pós-Graduações *lato sensu* e o Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais.

A criação da sociedade Centro Educacional de Formação Superior Ltda. (CEFOS), foi concretizada em 1972, sendo que o curso de Direito foi a primeira graduação autorizada pelo Decreto nº 75.867, de 13 de junho de 1975, para a mantida Faculdade de Direito Milton Campos, e que iniciou suas atividades no mesmo ano. Este curso foi reconhecido pela Portaria MEC Nº 203, em 10/03/80. A primeira Renovação do Reconhecimento do Curso foi concedida pela Portaria MEC 1.850, de 26 de junho de 2002 e, por meio da Portaria nº 119, de 27 de junho de 2012,

publicada no D.O.U. de 28 de junho de 2012, seção 1, páginas 143/144, a IES obteve a segunda Renovação de seu Reconhecimento. A terceira Renovação ocorreu por meio da Portaria nº 638, de 21 de outubro de 2016 (DOU de 24/10/2016) e desde então vem se destacando como um dos mais bem avaliados cursos em Minas Gerais e em todo o país. São 42 anos de oferta contínua até o ano de 2017.

Ressalta-se que no dia 30 de janeiro de 2015 ocorreu a alternância da diretoria da entidade mantenedora da Faculdade, o Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS, que tem como Presidente o Professor Pedro José de Paula Gelape.

A Faculdade de Direito Milton Campos é gerida pelos seguintes componentes:

Diretora da Faculdade de Direito
Professora Lucia Massara

Vice-Diretora da Faculdade de Direito
Professora Tereza Cristina Monteiro Mafra

Coordenador Pedagógico da Faculdade de Direito
Professor Felipe Quintella Machado de Carvalho

Coordenadora do Centro de Extensão e Práticas Jurídicas
Professora Ana Luiza de Navarro Moreira

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa
Professora Mariana Alves Lara

Coordenadora do Núcleo de Atividades Complementares
Professora Sandra Mara Santos Rodrigues Carsalade

Coordenador do Núcleo de Monitoria
Professor Wander Paulo Brasil Pinto

Coordenadora do Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso

Professora Beatriz Gontijo de Brito

Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Discente

Professora Mônica de Aragão Martiniano Ferreira e Silva

Coordenador do Núcleo de Relações Institucionais

Professor André Rubião de Rezende

Secretário Acadêmico

Sr. Flávio Mendonça Chaves

Laboratório de Tecnologia de Informação

Sr. Paulo Tunes

Bibliotecária

Sra. Tissiane Torres Vieira

1.2 Composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA

Por meio da Portaria nº 10, de 27 de março de 2017, alterada pela Portaria nº 30, de 30 de junho de 2017, e Portaria nº 62, de 20 de dezembro de 2017, foi nomeada a atual Comissão Própria de Avaliação, conforme processo de escolha pelos pares realizado no período de 13 a 16 de março 2017, com uma designação e duas substituições posteriores:

Representantes docentes:

Coordenadora: Professora Christiana Noronha Renault de Almeida

Vice-Coordenadora: Professora Daniela Recchioni Barroso

Secretária: Professora Sandra Mara Santos Rodrigues Carsalade

Representantes do corpo técnico-administrativo:

Sra. Cláudia Maria França Dutra

Sr. Expedito Éder de Abreu

Representantes da sociedade civil:

Sr. Guilherme Gosling de Oliveira Lott Lage

Sra. Rachel Moraes de Mattos

Representantes discentes, indicados pelo Diretório Acadêmico Orozimbo Nonato:

Srta. Carla Assis Rahme

Sr. Fernando Moreno Pires Costa (suplente)

2 . METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos, objetivando ressaltar tanto os pontos positivos quanto negativos da IES, foram conduzidos com independência, observada a responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente da prestação de informações falsas (art. 12 da Lei 10.861/2004). O material de avaliação disponível para esta comissão foi coletado a partir do instrumento de avaliação digital, análise documental e entrevistas, e visou a aferição do cumprimento das dimensões estruturais e didático-pedagógicas exigidas pelas diretrizes educacionais, sendo realizado conforme descrição abaixo.

2.1 Elaboração dos questionários utilizados

A base de coleta de dados empíricos para o presente relatório foram pesquisas de opinião realizadas por meio de questionários avaliativos.

Na pesquisa junto aos discentes, foi aplicado modelo utilizado no ano anterior (dividido em pesquisa a discentes sobre docentes e pesquisa a discentes sobre a instituição), o qual já fora redimensionado e atualizado reduzindo o número de perguntas para facilitar a leitura e compreensão pelos respondentes.

Na pesquisa junto aos professores, foi aplicado modelo reelaborado (a partir de modelo anterior) pelas professoras Daniela Recchioni Barroso e Sandra Mara Santos Rodrigues Carsalade.

Na pesquisa junto aos membros do corpo técnico-administrativo, foi aplicado modelo reelaborado (a partir de modelo anterior) pela Professora Sandra Mara Santos Rodrigues Carsalade, com a colaboração da Coordenadora de Recursos Humanos, Sra. Patrícia Duarte D`Assunção, dada a especificidade do objeto da pesquisa.

2.2 Instrumentos avaliativos utilizados

Optou-se por métodos de pesquisa que aferissem a realidade institucional tanto quantitativa quanto qualitativamente por meio dos seguintes instrumentos:

- a)** Formulários, cuja elaboração foi descrita no item anterior como parte central da metodologia de avaliação da CPA, constituindo um processo de coleta de informação anônima e sigilosa, o qual foi dividido em três distintos instrumentos: avaliação docente; avaliação discente (graduação); avaliação do pessoal técnico-administrativo;
- b)** Entrevistas e questionários a responsáveis por setores específicos da IES e Mantenedora.
- c)** Utilização da intranet para disponibilização e resposta eletrônica dos formulários;
- d)** Utilização das informações trazidas no decorrer do ano de 2017 pelo Presidente da Mantenedora, pela Diretora da IES, pela Coordenação Pedagógica, pelo Secretário Acadêmico e por responsáveis por setores internos da IES, para dialogar sobre os pontos fortes e frágeis encontrados e procurar soluções.

A CPA realizou no ano de 2017 reuniões ordinárias mensalmente, para discutir novas metodologias e instrumentos que ampliem e aperfeiçoem ainda mais a forma de avaliação, bem como para divulgar o seu trabalho entre os membros da comunidade acadêmica, procurando aproximar-se de cada um dos públicos que a integram.

2. DESENVOLVIMENTO: apresentação e análise de dados¹

O segmento a seguir apresentado contempla os dados referentes ao conjunto das dez dimensões definidas pelo SINAES na Lei nº 10.861, reorganizadas em cinco eixos pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, quais sejam, o Planejamento e Avaliação Institucional, o Desenvolvimento Institucional, as Políticas Acadêmicas, as Políticas de Gestão e a Infraestrutura Física, e que compõem o roteiro de autoavaliação institucional definido pela CPA. A realização deste relatório, com base na organização dos dados quantitativos e qualitativos, resultou num conjunto estruturado de informações, que possibilitaram a construção coletiva de um diagnóstico atualizado da Faculdade, o qual, eixo a eixo, será comparado aos resultados dos anos anteriores (compilados em relatórios em versão parcial), vez que se trata, aqui, de um relatório em versão integral.

3.1 EIXO 1- Planejamento e Avaliação Institucional

3.1.1 Evolução institucional a partir de processos de planejamento e avaliação institucional

A autoavaliação institucional vem sendo regularmente realizada desde 2010, cobrindo o período entre 2006 e 2009, após um período de adaptação da IES ao modelo instituído na lei do SINAES (Lei nº 10.861/2004). Mediante a observação e análise dos relatórios ano a ano elaborados – nos quais, em 2012 e 2013, listam-se em destaque as categorias “solicitações já atendidas”, “solicitações em análise” e “novas sugestões da CPA” e, a partir de 2014, no título “considerações finais”, as categorias “propostas atendidas” e “solicitações/ações” – pode-se perceber que há uma evolução constante da instituição em exame, um aprimoramento motivado pelos resultados do trabalho da CPA. Alguns problemas persistem a despeito de serem apontados em mais de um relatório anual; contudo, pode-se atestar a influência da CPA em uma série de políticas, iniciativas e decisões da IES quanto às várias dimensões da vida da instituição sobre as quais a autoavaliação se debruça.

¹ Atendendo ao disposto nos itens 3.3 (Desenvolvimento) e 3.4 (Análise de dados e das informações) da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

Apenas a título de exemplificação (pois a evolução institucional motivada pela CPA há de ser detalhada eixo a eixo, e o relatório em tela não objetiva sintetizar os resultados de todos os relatórios anteriores, mas apenas dos três últimos anos), a instalação de gabinetes para os professores em regime integral e parcial para atendimento aos discentes; a instalação de equipamentos de multimídia em todas as salas de aula (datashow, sistema de som, tela retrátil); a atualização do acervo e a ampliação do espaço físico da biblioteca; a substituição de todos os computadores do laboratório de informática em 2013/14; a ampliação da infraestrutura de acessibilidade com a adaptação de banheiros e a instalação do piso tátil (2017) no piso térreo e subsolo; a recente (2017) implantação de uma nova grade curricular; dentre outras ações, resultam de reclamações e sugestões colhidas em relatórios anteriores, havendo sido implementadas no ano imediatamente posterior ou em tempo tal que possam ser facilmente conectadas a demandas hauridas nos relatórios da CPA de anos anteriores. Outras iniciativas serão apontadas ao longo deste relatório, especificando-se a origem da demanda e indicando a ação efetiva correspondente, de modo que tal associação possa ser feita, assim como serão enumeradas as demandas que ainda não encontraram resposta satisfatória da IES.

Considerando-se, pois, o conjunto das dimensões avaliadas, ver-se-á que em algumas a instituição examinada evoluiu mais e em outras menos; contudo, ao longo do relatório, perceber-se-á uma conexão em geral positiva entre as autoavaliações e as respostas da IES em cada aspecto abordado, demonstrando que a instituição ora avaliada vem compreendendo a necessidade e a utilidade do processo de autoavaliação, bem como a sua complementaridade em relação à avaliação externa. A IES em exame vem absorvendo, paulatinamente, o significado da CPA e vem crescentemente oferecendo as condições necessárias para a sua existência, ampliando a sua colaboração para a realização desta missão.

3.1.2 Projeto ou processo de autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional na FDMC é uma realidade há cerca de uma década, e vem se aprimorando à medida em que se consolida essa prática e se renovam as

composições da CPA. Trabalhou-se, por muito tempo, como guia básico, com o Roteiro de Auto-Avaliação (sic) Institucional – Orientações Gerais, elaborado pelo Ministério da Educação/INEP/CONAES, mas, a partir deste relatório de 2017, sob nova composição da comissão, modificou-se seu formato na rubrica “Desenvolvimento”, transitando-se da divisão segundo as dez dimensões do SINAES para o formato da divisão em cinco eixos principais (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014), detalhados em indicadores específicos. Proceder-se-á a uma análise dos dados e informações apresentados e, ao final, a uma análise global do relatório em tela, considerando-se o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores e, finalmente, apresentar-se-á um plano de ações de melhoria à IES.

Com base em estudos teóricos da comissão, realizados ao final de 2017, após a apresentação do relatório de 2017 será elaborado um projeto de autoavaliação institucional para o próximo triênio, prevendo a metodologia de coleta e análise dos dados e informações (com a reelaboração dos instrumentos respectivos), a elaboração dos relatórios anuais e novos mecanismos de divulgação e publicização dos resultados – estes, oportunizados pela reestruturação e modernização de todo o Departamento de Tecnologia da Informação da IES, havendo a expectativa de que a prática da CPA neste próximo período promova resultados mais efetivos sobre os processos de gestão, as políticas acadêmicas, o desenvolvimento institucional e infraestrutural da IES.

3.1.3 Autoavaliação e participação da comunidade acadêmica

A autoavaliação está prevista no arcabouço normativo da Faculdade de Direito Milton Campos, sendo regida por regulamento próprio. Para a elaboração do relatório referente a 2017, foram realizadas pesquisas junto aos discentes da graduação (uma, referente ao primeiro semestre de 2017; outra, referente ao segundo semestre de 2017), aos docentes (referente ao ano de 2017) e aos membros do corpo técnico-administrativo (referente ao ano de 2017).

A primeira pesquisa destinada aos discentes da graduação foi respondida por 690 alunos, de um universo de 1542 matriculados. A segunda pesquisa destinada aos discentes da graduação foi respondida por 363 alunos, de um total de 1355 matriculados (foram detectados problemas referentes à reformulação das opções de resposta, à divulgação do questionário e ao período de realização).

A pesquisa destinada aos docentes foi respondida por 23 dentre 72 em exercício no ano corrente.

A pesquisa destinada aos membros do corpo técnico-administrativo foi respondida por 46 funcionários dentre 94 contratados (foram detectados problemas referentes à divulgação do questionário).

A CPA procurou divulgar ao máximo a realização das pesquisas, disponibilizou os questionários em canais de fácil acesso a estes públicos, esforçou-se por sensibilizar cada um dos públicos sobre a importância da pesquisa (visitando todas as salas de aula, enviando e-mail via sistema acadêmico, reunindo-se com os representantes de turma e lhes solicitando o reforço do pedido da adesão junto aos alunos). A resposta, contudo, ainda não é a ideal. A comissão espera que o aprimoramento nos mecanismos de tratamento da informação, ainda pouco desenvolvidos devido a dificuldades técnicas apontadas pelo setor de TI (presentemente, em processo de transição para uma nova Coordenação e um novo sistema) e de divulgação dos resultados incremente a participação da comunidade acadêmica.

3.1.4 Autoavaliação e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados

Durante o ano de 2017, com o processo de transição do antigo Centro de Processamento de Dados da IES para um novo Departamento de Tecnologia da Informação- TI, foram enfrentados desafios no tratamento e divulgação dos dados referentes às pesquisas realizadas juntos aos públicos internos. O processo de transição dito ainda não se completou, mas já foram obtidos resultados em gráficos, relativos as pesquisas referentes ao ano de 2017.

3.1.5 Elaboração de relatório

O relatório que ora se elabora indicará resultados, análises, reflexões e proposições que possam subsidiar planejamento e ações para o próximo triênio e, especialmente, para o próximo ano. Observe-se que anualmente têm sido elaborados relatórios, e que, ano a ano, indicam-se melhorias na IES que resultaram do diagnóstico feito em relatórios anteriores, assim como, em certos aspectos, permanecem demandas que estão em processo de análise pela IES e sua mantenedora, a fim de que ainda possam ser implementadas.

3.2 EIXO 2 - Desenvolvimento Institucional

3.2.1 Missão institucional, metas e objetivos previstos no PDI (Dimensão 1)

A missão da Faculdade de Direito Milton Campos é formar cidadãos engajados na vida profissional e preparados para enfrentar os desafios de toda evolução tecnológica e social por que passamos. Essa missão vem do PDI anterior (2012-2016) e se desdobra nos objetivos e metas daquele, e que se projetam para os próximos anos.

Observe-se que o PDI para o quinquênio de **2017-2021** vigente para a FDMC foi elaborado com o objetivo de solicitar aos órgãos federais competentes o credenciamento da Faculdade de Direito Milton Campos para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu – especialização, na modalidade de ensino a distância – EAD, conforme Processo nº 201701479 protocolizado no e-MEC. Desta forma, todo este PDI foi centrado nas especificidades da modalidade EAD, para ministrar apenas a pós-graduação *lato sensu*, a começar pela oferta do curso de Pós-Graduação em Direito Tributário.

No entanto, em 20 de fevereiro do corrente ano, o CEFOS interrompeu a tramitação deste processo ao efetuar no próprio sistema e-MEC, seu arquivamento, mediante esta Justificativa: “Arquivamento a pedido da IES. *O pedido de arquivamento decorre de uma necessidade de priorização de*

investimentos em outros setores da instituição de ensino por parte da mantenedora. O projeto da implementação do EAD será retomado oportunamente.”

Diante de tal fato, a Faculdade de Direito Milton Campos tomou a decisão de reelaborar seu PDI mantendo seus objetivos e o mesmo quinquênio, ou seja, 2017/2021, bem como estabelecer novos valores, atualizar as metas e as ações de desenvolvimento institucional, para evitar processo de descontinuidade.

Portanto, são objetivos da Faculdade, oriundos do PDI anterior (referente ao quinquênio 2012/2016) e aprovados para o PDI que se reelabora, e respectivas ações tendentes a realizá-los:

I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

Ações: no ensino, a Faculdade de Direito Milton Campos adota um currículo inovador (a propósito, mudou seu currículo em 2017), que inclui um número considerável de disciplinas de conteúdo eminentemente reflexivo, agrupadas na Área de Disciplinas Críticas e Propedêuticas, cujo objetivo principal é exatamente o de apresentar o aluno à postura científica e à atitude reflexiva necessárias a um futuro jurista. Os conteúdos programáticos de tais disciplinas, integrantes do eixo fundamental, bem como suas respectivas metodologias, são elaborados visando à concretização deste substrato científico-reflexivo na formação acadêmica do graduando, ao mesmo tempo em que atividades complementares desenvolvidas pelos alunos sob a orientação dos professores conectam o direito à cultura, da literatura à filmografia utilizadas e sugeridas. São apenas algumas das disciplinas especificamente voltadas para a concretização deste objetivo (dentre 14, no total): Metodologia da Pesquisa em Direito; Antropologia, Sociologia e Etnias, Psicologia Geral e Jurídica, Filosofia e Ética Profissional, Direitos Humanos (a grade curricular segue anexa a este relatório).

II – Diplomar cidadãos, nas diversas áreas do conhecimento em que atuar, aptos para a inserção em setores profissionais, para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.

Ações: a Faculdade de Direito Milton Campos educa bacharéis que, ao longo de sua formação, são preparados para atuar nas diversas carreiras jurídicas, e mesmo em carreiras não jurídicas para as quais o aporte do conhecimento jurídico é valioso. Isso é garantido sobretudo por meio da diversidade de oportunidades de estágio e extensão oferecidas pela IES (mais abaixo a estrutura da extensão será declinada), nas quais o aluno experimenta a advocacia contenciosa em diversas áreas e a atuação em mediação e arbitragem; mas, ademais, a simulação da atuação do aluno em variados papéis ocorre também em atividades como o júri simulado, bem como na rotina das disciplinas práticas, as quais auxiliam a concretizar este objetivo, ao treinarem o aluno a redigir peças processuais ora como promotores de justiça, ora como juízes, ora como advogados.

Quanto à formação contínua, o aluno da Faculdade de Direito Milton Campos aprende, desde o início de seu curso, a ser partícipe ativo de sua própria formação, de modo a se capacitar para a atualização constante após a sua graduação.

III – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à criação e à difusão cultural, artística e política e à integração do homem ao meio em que vive.

Ações: A Faculdade de Direito Milton Campos possui um Núcleo de Pesquisa que coordena as atividades de pesquisa na IES, podendo-se afirmar, que a pesquisa está sendo progressivamente ampliada na graduação, mediante o estímulo à oferta de grupos de pesquisa em diversas áreas, de bolsas de pesquisa da mantenedora e da FAPEMIG, e das (em fase de implantação) oficinas de estudos avançados. Foram ofertados em 2017:

- Cinco grupos de pesquisa na graduação, cujo acesso é realizado mediante editais;
- Dez bolsas de pesquisa do CEFOS, a mantenedora da IES, cujo acesso é realizado, conforme edital, mediante aprovação de projeto apresentado na Semana de Iniciação Científica;
- Vinte bolsas de pesquisa da FAPEMIG, cujo acesso também é realizado conforme edital, mediante aprovação de projeto apresentado na Semana de Iniciação Científica.
- Três bolsas de pesquisa do CNPQ, cujo acesso também é realizado conforme edital, mediante aprovação de projeto apresentado na Semana de Iniciação Científica.

IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de expressão.

Ações: A Faculdade de Direito Milton Campos preocupa-se com o ensino de conteúdos que constituem um patrimônio científico comum, e contribui para a continuidade de sua produção - mediante a pesquisa – e para a sua difusão – mediante a atividade extensionista. As atividades de pesquisa e extensão adquiriram, ao longo dos últimos vinte anos de existência da IES, importância crescente, sendo certo que esta compreendeu o mandamento constitucional e procura concretizar uma ação integrada de ensino, pesquisa e extensão, ano a ano, aperfeiçoada à medida em que as práticas de pesquisa e extensão se ampliam e aprofundam, e à medida que o ensino se qualifica pelos resultados obtidos nestas duas outras atividades, em um círculo virtuoso.

O saber assim produzido é veiculado por meio da publicação de artigos de alunos e de professores, da graduação e da pós-graduação, em revistas especializadas e outras publicações; por meio também de seminários e palestras abertos à comunidade; e, por fim, por meio da extensão, que se desdobra tanto na aplicação do conhecimento a situações práticas, quanto no ensino a membros da comunidade externa.

V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a sua concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.

Ações: A Faculdade de Direito Milton Campos organiza sua grade curricular (em 2017 renovada) de modo a ir construindo não somente o conhecimento em etapas, mas também suscitando a curiosidade e a criatividade, atendendo simultaneamente ao ensino das disciplinas dogmáticas, propriamente jurídicas, às disciplinas propedêuticas, que incitam à reflexão, e às disciplinas práticas, com as quais o aluno experimenta as atividades de cunho jurídico. A variedade de oportunidades de pesquisa e extensão promove o espaço necessário para a expansão e difusão do conhecimento e, à medida que grupos e programas surgem, evoluem, dissolvem-se e se transformam, um repertório comum vai sendo construído e compartilhado pela

comunidade acadêmica, que então, através da extensão, o disponibiliza à sociedade.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Ações: O aluno da Faculdade de Direito Milton Campos é exposto aos problemas da atualidade não somente em suas aulas e atividades complementares, como também na forma de se avaliar seu aproveitamento nas disciplinas, que frequentemente abordam casos práticos, ligados a questões de relevo contemporâneas. Tais temas também são objeto de seminários e palestras, nas quais importantes atores da sociedade civil são trazidos à faculdade para exporem seus pontos de vista e serem desafiados e, por fim, a variedade da extensão na IES coloca o aluno com realidades como as dos presídios (vide convênio com INESPE - Instituto Novalimense de Estudo do Sistema Penitenciário), a da vida em comunidades carentes (vide PIEP – Programa de Inclusão e Educação Previdenciárias), a da urbanização descontrolada (vide Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais) e outras.

VII – Despertar a consciência crítica e criativa de sua comunidade acadêmica sobre democracia, direitos humanos, ética, cidadania e equilíbrio ambiental.

Ações: Além de abordar tais temas, de maneira crítica e reflexiva, em disciplinas da grade curricular (Ciência Política, Teoria da Constituição, Direitos Humanos, Direito Eleitoral, Direito Ambiental), os mesmos são objeto de atividades de pesquisa e de extensão (Observatório de Direito Eleitoral, PIEP, INESPE, Câmara de Mediação em Conflitos Socioambientais, como exemplos) e, com frequência, objeto de eventos tais como seminários e palestras.

VIII – Contribuir para o desenvolvimento e a preservação da memória regional.

Ações: A Câmara de Mediação em Conflitos Socioambientais realiza mediação sobre casos que envolvem o patrimônio regional tanto natural quanto histórico, na região de Nova Lima, dado que o conceito de meio ambiente inclui ambos os aspectos, embora se observe uma predominância dos casos que envolvem o patrimônio natural. Ademais, a Coordenadora da Câmara, Profa. Fernanda

Aparecida Mendes e Silva Garcia Assumpção participa, representando a IES, do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e participa das reuniões para a construção do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Cercadinho. A mesma Professora teve aprovado em fins de 2017, projeto piloto da sub-bacia de águas de Moeda em Nova Lima/MG em parceria com o MPMG (CAOMA e Núcleo de Recursos Hídricos) mediante o qual realizará auditoria jurídica, mediação de conflitos entre usuários de recursos hídricos, relatórios jurídicos *due diligence*, oferta de cursos de curta duração para a população, em suma, com vistas a promover intervenção positiva na gestão de recursos hídricos da região de Nova Lima.

IX- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas pela Instituição.

Ações: Houve grandes avanços na extensão da IES desde 2016, com a criação do Centro de Práticas Jurídicas, completando-se em 2017 uma ampliação significativa das opções de prática real e simulada oferecidas aos estudantes, de modo não somente a prepará-los para um mercado de trabalho desafiadoramente mais diversificado e exigente (com a demanda por árbitros e mediadores, por exemplo), como também no intuito de aproximar e integrar a comunidade de Nova Lima (e de outros municípios de Minas Gerais especialmente carentes de atenção) da IES. A ampliação da extensão será detalhada mais à frente nos eixos e dimensões em que será abordada, mas é também importante ressaltar a consolidação de práticas já existentes há muitos anos na IES, que amadureceram e apresentam resultados cada vez mais satisfatórios – de que é exemplo especialmente impactante o PIEP – Programa de Inclusão e Estudos Previdenciários.

3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (Dimensão 3)

Preliminarmente é necessário esclarecer que a Faculdade de Direito Milton Campos entende a responsabilidade social como um espectro de preocupações e ações institucionais – principalmente de extensão, mas também de pesquisa e ensino que

resultem naquela – que incluem atividades que direta ou indiretamente incidam na melhoria da qualidade de vida da população e a inclusão social em um sentido amplo de promoção e defesa de direitos, que aponta para: 1) o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável; 2) a promoção da diversidade; 3) a proteção da memória e patrimônio culturais e ambientais; 4) a promoção da igualdade étnico-racial; 5) o estímulo à cidadania; 6) a promoção da inovação cultural e tecnológica; dado que a realidade aponta para um presente ainda desigual e injusto em vários aspectos, e para um futuro em que várias formas de exclusão ameaçam aprofundar-se, caso o desenvolvimento e a tecnologia continuem a restringir-se a um público privilegiado. As ações institucionais, portanto, ora se realizam visando o cumprimento da responsabilidade social da IES em mais de um destes aspectos, em uma mesma atividade, ora espraiam-se e se diversificam atendendo à especialidade de objetivos dentro da responsabilidade social.

Esclareça-se que tal visão ampla de responsabilidade social não apequena os núcleos temáticos acima referidos; não se deixa de reconhecer que os direitos promovidos se constituem, individualmente, em temas de per si absolutamente relevantes. Apenas, se amplia o conceito de responsabilidade social da IES para reconhecer na faculdade um pólo que enfeixa diversas dimensões de promoção de qualidade de vida e inclusão social, dados os recursos de que dispõe precisamente por ser uma faculdade em que se estudam, pesquisam e promovem direitos.

Isto posto, examina-se o que se realizou em 2017 no ensino, na pesquisa e na extensão para a promoção da responsabilidade social.

Ações:

a) O PIEP Itinerante, programa em convênio com o MPMG em que professores, alunos e egressos voluntários visitam municípios com os mais baixos IDH de Minas Gerais e promovem o atendimento de cidadãos para orientá-los quanto aos seus direitos previdenciários (e em algumas localidades dá palestras), atendeu, em 2017, 875 pessoas em 18 municípios mineiros.

b) O PIEP Rua do Respeito foi criado em 2017, em convênio com o TJMG, o MPMG e o Servas, e promoveu atendimento previdenciário a 370 pessoas da população de rua em Belo Horizonte.

c) A Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais, programa em convênio com o MPMG, que realiza o estudo de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios enviados pelo Ministério Público de Nova Lima e indica ou não a

mediação para a solução de conflitos, realizou 5 mediações positivas e 1 mediação negativa em 2017, tendo realizado 144 mediações desde 2012 (o decréscimo em 2016/17 deveu-se a sucessivas substituições das Promotoras de Justiça do Meio Ambiente em Nova Lima, no período).

d) O Grupo de Estudos Avançados em Execução Penal, em convênio com o INESPE (Instituto Novalimense de Estudos do Sistema Penitenciário) e em contato com a Defensoria Pública e a Vara de Execuções Penais, continuou a atuar em 2017, quando orientou, peticionou, requereu, aconselhou detentos e seus familiares no sistema prisional em Nova Lima (o presídio conta com 118 detentos e há duas APAC's, uma feminina e outra masculina), em visitas semanais, produzindo relatório disponibilizado ao Diretor do Presídio e à comunidade de Nova Lima.

e) O Escritório Modelo – Área Cível, projeto de prática real da atividade advocatícia, presta auxílio à população carente de Nova Lima e, em 2017, atendeu 98 pessoas, homologou 8 acordos, realizou 21 visitas ao Fórum de Nova Lima para realização de audiências e mantém 37 casos judiciais em andamento, garantindo o direito dos jurisdicionados.

f) O Escritório Modelo – Área Penal, projeto de prática real da atividade advocatícia, presta auxílio à população carente de Nova Lima.

g) O Escritório Modelo – Área Trabalhista (NPT), projeto de prática real da atividade advocatícia, presta auxílio à população carente de Belo Horizonte, estando em 30/01/2018 com duzentos e quarenta beneficiários cadastrados.

h) O Núcleo da Diversidade, fundado em 2017, promove discussões acadêmicas acerca da temática da diversidade e realizou a Semana da Diversidade, em que temas tais como a diversidade de gênero e o acesso a direitos pelas pessoas portadoras de necessidades especiais foram aprofundados.

i) O Núcleo da Infância e da Juventude possibilitou a alunos o acompanhamento e participação de audiências reais na Vara Infração da Criança e do Adolescente da Comarca de Belo Horizonte, aprendendo sobre o procedimento de apuração do ato infracional supostamente praticado. Trata-se de uma experiência singular, uma vez que as mencionadas audiências tramitam em segredo de justiça; os membros participariam efetivamente na defesa de adolescentes em conflito com a lei, juntamente com o professor responsável pelo projeto. Houve um total de 100 atendimentos, com 65 casos solucionados.

j) Promoveu-se, novamente, em 2017, o Sarau da Montanha (01/10), um sarau literário e musical em que alunos, professores, funcionários e membros da comunidade puderam compartilhar sua arte e se divertir, estreitando laços e descobrindo talentos. Esteve presente o grupo “Lá da Favelinha”, composto por moradores do Aglomerado da Serra.

k) Em 16 de setembro de 2017 a Faculdade de Direito Milton Campos promoveu o Dia da Responsabilidade Social em Nova Lima, o que faz anualmente, no âmbito da campanha da Responsabilidade Social da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), pela qual a FDMC é reconhecida – e recebe o respectivo Selo - como Instituição Socialmente Responsável. Participaram doze professores, quarenta e seis alunos e seis técnicos das Faculdades Milton Campos, que receberam noventa visitantes em seu stand e realizaram cinquenta e nove atendimentos, orientando a comunidade local em relação a direitos diversos e dispensando atenção especial a microempreendedores individuais da comunidade novalimense. A ação está registrada no site da ABMES, no link <https://sisdia.abmes.org.br/hotsite/atividade/id/3202/ano/2017>.

l) Por fim, o Diretório Acadêmico promoveu, em 2017, as seguintes ações sociais:

- Lar Teresa de Jesus (maio de 2017) Alunos promoveram uma campanha em redes sociais e por meio de pôsteres espalhados na faculdade com o propósito de arrecadar os alimentos e materiais pedidos pelo Lar Teresa de Jesus. A doação foi feita por voluntários na própria instituição e houve interação com os residentes. Os voluntários participaram de dinâmicas dentro da casa, como a participação em um bingo, além de se dispor a escutar a história da casa e dos seus moradores e a brincar com as crianças também presentes.

- Campanha do Agasalho (julho de 2017): Estudantes promoveram campanha em rede social para arrecadar agasalhos e outras vestimentas de inverno. Em um dia da semana no turno da noite os voluntários se reuniram para pessoalmente entregar as roupas recolhidas a moradores de rua de Belo Horizonte.

- CAPE (outubro de 2017): Foi realizada uma campanha com o intuito de recolher alimentos e materiais que atendessem às necessidades da Casa de Acolhida Padre Eustáquio. A doação foi feita pessoalmente pelo intermédio de alunos para que houvesse uma interação entre os estudantes e os pacientes da casa e para aprendizado da história sobre o surgimento dessa.

- Lar Dona Paula (dezembro de 2017): Uma campanha de arrecadação foi feita e divulgada dentro da faculdade para recolher doações que ajudassem a atender às necessidades dos moradores da residência geriátrica. A doação foi feita pessoalmente por voluntários que se dispuseram também a levar cosméticos, música e outros recursos que permitiram a interação e muita diversão com os idosos.

3.3 EIXO 3 - Políticas Acadêmicas

3.3.1 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (Dimensão 2)

A Faculdade de Direito Milton Campos aplica o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, o que se reflete na reflexão constante sobre seu currículo e na expansão contínua da pesquisa e da extensão, em um processo em que a evolução de cada uma destas três dimensões irradia-se para as outras. Em 2017, esse processo levou à aprovação, pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante, de uma nova grade curricular; no eixo de disciplinas práticas do ensino, à sua expansão; na pesquisa, à abertura e continuidade de diversos grupos de pesquisa, manutenção de bolsas e realização de mais uma Semana da Iniciação Científica, com apresentação e seleção de novos projetos a apresentação de resultados; e, na extensão, mas complementando a oferta de práticas de ensino, na reestruturação do Centro de Práticas Jurídicas, com a criação de novos núcleos de atividades práticas reais e simuladas (estas, porque em algumas áreas da advocacia a prática real ainda não está aberta a estudantes).

É de se notar, também, o esforço da IES no sentido de promover a internacionalização de suas relações, o que ocorre mediante a continuidade dos convênios de graduação com a *Università Cattolica* de Milano (2 vagas por ano na graduação) e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (8 vagas por ano na graduação – sendo de se ressaltar que há convênios em negociação atualmente com Orleans, na França e La Havana, Cuba), bem como com o estímulo à participação de alunos em diversas competições internacionais.

3.3.1.1 No Ensino: a nova grade curricular, a nova regulamentação sobre atividades complementares, a ampliação da monitoria e o CPJ

3.3.1.1.1 A nova grade curricular

A nova grade curricular é uma conquista em 2017, e resultou de uma reflexão que se realizava havia alguns anos, alimentada pelo debate entre os diversos membros da comunidade acadêmica. Suas linhas mestras foram a atualização do curso às demandas do mercado e às diretrizes do MEC e a criação de uma grade curricular mais flexível.

São de se destacar:

- A transição da disciplina Sociologia para Sociologia, Antropologia e Etnias;
- A transição da disciplina Filosofia para Filosofia e Ética Geral;
- A criação da disciplina Direitos Humanos (mantendo-se, contudo, a orientação de que o tema dos direitos humanos seja transversal, a ele se retornando o aluno nas ementas de outras disciplinas);
- A transição da disciplina Introdução ao Estudo do Processo para Teoria e Métodos de Solução de Conflitos, atendendo à transformação que se opera na realidade, em face do crescimento da mediação e da arbitragem, e atendendo à percepção crescente de respeito e valorização a formas alternativas, eventualmente mais adequadas, de solução de conflitos;
- A criação de um elenco diversificado de disciplinas optativas;
- A reorganização do eixo das disciplinas práticas, com a inclusão das práticas empresarial e pública.

Quanto às práticas simuladas – atividade limítrofe entre o ensino e a extensão, pois embora não promova o atendimento direto à população, coloca os alunos diante de uma realidade que de outro modo não se apresentaria a eles enquanto graduandos – estas sofreram significativo impulso em 2017 (possibilitado, pela criação, em 2016, do CPJ – Centro de Práticas Jurídicas), como será explicado à frente.

3.3.1.1.2 A nova Regulamentação sobre Atividades Complementares

Após a implementação em 2017 de uma nova grade curricular torna-se necessária a adoção, também, de uma nova regulamentação para as atividades complementares, que altera a carga horária mínima para 220 horas. Neste contexto surge a Resolução nº 04/2017, que cumprindo exigência do PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Direito e incluindo atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão, estabelece algumas inovações, como o cumprimento de no mínimo 60% dessas atividades serem realizadas nas próprias Faculdades Milton Campos.

Assim, algumas atividades passam a ser mais valorizadas, como por exemplo: (i) o estágio não obrigatório – tanto o regularmente cumprido perante instituição conveniada, quanto como membro dos Núcleos do CPJ (Centro de Extensão e Práticas Jurídicas); (ii) o trabalho voluntário – nos termos da Lei do Voluntariado, de trabalhos de assistência à comunidade, perante instituições públicas ou privadas; (iii) a representação discente como membro efetivo em órgãos colegiados ou comissões da Faculdade; (iv) como organizador de congressos, seminários, conferências, simpósios, cursos de extensão, competições nacionais e internacionais e outros eventos; (v) publicação de artigo de opinião no Jornal das Faculdades Milton Campos ou em jornais e revistas de circulação física ou eletrônica, bem como colunas eletrônicas de publicação periódica; (vi) publicação de texto científico em veículo com indexação oficial (ISSN ou ISBN) entre outros.

3.3.1.1.3 A Monitoria

A faculdade oferece a monitoria há quase vinte anos. Atualmente, são 29 as vagas para bolsistas de monitoria, cada um orientado por um professor-orientador, para atender a quase todas as disciplinas da graduação, sendo o acesso a estas vagas por concurso semestral (sendo possível uma recondução meritória) e, apenas subsidiariamente (na falta de monitor aprovado em concurso), por indicação. Em 2017 o escopo da monitoria foi ampliado com a criação da monitoria voluntária, voltada inclusive para disciplinas já contempladas com a monitoria com bolsa mas, em grande medida, pensada para suprir as necessidades de monitoria no último período, para cujas disciplinas o concurso é inviável (presume-se que os alunos que poderiam ser monitores ter-se-iam graduado, mas eventualmente alunos com grade irregular podem vir a ocupar tais vagas). A monitoria voluntária está em processo de

implementação e a vaga será aberta mediante submissão de solicitação, do professor-orientador e do aluno, à Coordenação de Área e Coordenação da Monitoria.

3.3.1.1.4 O CPJ – Centro de Práticas Jurídicas

É preciso destacar que um passo marcante na história recente da Faculdade foi dado em 2016, quando o Conselho Superior aprovou a criação do Centro de Práticas Jurídicas (CPJ), um arrojado projeto para fomentar a realização de atividades de caráter prático dentro da própria Faculdade, complementando as atividades de ensino, para propiciar ao estudante uma formação mais ampla e consentânea com a realidade e com o mercado de trabalho contemporâneos.

A partir da implantação do Centro, em agosto de 2016, sob a Coordenação da Prof^a Suzana Cremasco, a Milton Campos passou a contar com mais um significativo diferencial na qualidade do curso de graduação em Direito que oferece aos seus alunos.

Resultados significativos foram obtidos, ao longo de 2017, pelos vários núcleos criados (ou, alguns, encampados por já existirem previamente fora da estrutura do Núcleo): os Escritórios-modelo nas áreas trabalhista, cível e penal; o Núcleo de Estudos em Solução de Conflitos (NESC), conduzido pela Prof^a Suzana Cremasco; o Programa de Inclusão e Educação Previdenciária (PIEP), conduzido pela Prof^a Dinorá Carla; o Programa de Execução Penal (PEP-INESPE), conduzido pela Prof^a Ana Paula Diniz; a Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais, conduzida pela Prof^a Fernanda Mendes; o Núcleo de Práticas Públicas (NPP), conduzido pelas Profas. Mônica Aragão e Beatriz Gontijo; o Núcleo de Práticas Empresariais (NUPE), conduzido pelo Prof. Aldo Silva; o Laboratório da Infância e da Juventude (LIJ), conduzido pelo Prof. Paulo Tadeu Barcellos; o Observatório Eleitoral, conduzido pela Prof^a Patrícia Henriques; o Núcleo de Estudos e Práticas Internacionais (NUPI), conduzido pelo Prof. David Carvalho; e o Núcleo da Diversidade, conduzido pelo Prof. Felipe Quintella.

3.3.1.2 Na Pesquisa:

A pesquisa, na Faculdade de Direito Milton Campos, é efetiva e francamente estimulada. São realizados dois grandes eventos relacionados à pesquisa, anualmente: o Fórum de Pesquisa (desde 2016, um evento da pós-graduação aberto à graduação) e a Semana de Iniciação Científica (em 2017 em sua 14ª edição), sendo o primeiro sempre em maio e a segunda, em novembro.

A concessão de bolsas de pesquisa é divulgada anualmente pelo NPPA – Núcleo de Pesquisa e Produção Acadêmica – ao corpo discente e docente da Faculdade de Direito Milton Campos em sua página eletrônica. Os interessados devem apresentar um projeto de pesquisa com indicação de professor orientador, no prazo e sob as condições definidas pelo edital que houver sido publicado no ano da candidatura.

A duração das bolsas é de doze meses. Ao final da pesquisa, o bolsista deverá apresentar-se a comunidade acadêmica publicamente para divulgação dos resultados e apresentar ao menos uma produção acadêmica válida, conforme regras vigentes que regulamentam a Iniciação Científica da FDMC, além de atender às exigências estabelecidas pelos órgãos de fomento.

Atualmente, estão disponíveis 20 bolsas FAPEMIG, 10 bolsas CEFOS (mantenedora da FDMC) e 3 bolsas do CNPq, todas atribuídas a pesquisadores com pesquisa em curso, sobre objetos e temas variados dentro do Direito e de suas disciplinas auxiliares.

Abaixo, a lista de pesquisadores bolsistas, aprovados na última Semana de Iniciação Científica, com os temas de seus projetos e respectivos orientadores:

RESULTADO XIV SIC

ALUNOS	PROJETOS	ORIENTADORES
LUIZ FELIPE DE FREITAS CORDEIRO	A Atividade Do Juiz À Luz Da Inserção Das Lawtechs, Legaltechs E Inteligência Artificial no Âmbito Jurídico.	GUILHERME COSTA LEROY
MARIA CARLA OLIVEIRA ROCHA TOLENTINO	Abusos cometidos pela Minoria Acionária e a Necessidade de Responsabilizá-la.	THALES POUBEL CATTAL PRETA LEAL
JULIANA ALMEIDA DE MORAES	Judicialização Da Saúde: Uma Análise Comparativa Da Jurisprudência Do TJMG E Do Supremo Tribunal.	DANIELA RECCHIONI BARROSO

STELA CARVALHO ALMEIDA PAULA VITÓRIA DE SOUZA LIMA	Os Limites Constitucionais Do Bloqueio De Passaporte E CNH no Processo De Execução: A Luz Do Novo Código De Processo Civil.	DANIELA RECCHIONI BARROSO
BRUNA FERRAZ VENENO	Uma Discussão sobre o Dano Punitivo nos Contratos de Adesão e de Consumo.	MATEUS SIMÕES DE ALMEIDA
CLARICE DOLABELLA MANGEROTTI	A Subcapitalização como Critério para a Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica.	JASON SOARES DE ALBERGARIA NETO
DANIELA BARREIROS SOARES	Delimitação do Bem Jurídico Penal Protegido nos Crimes Tributários.	LUCIANO SANTOS LOPES
CAROLINA MEIRELES DE CAMARGOS	O Bem Jurídico Tutelado pelo Crime de Lavagem de Capitais.	LUCIANO SANTOS LOPES
PAULA SILVEIRA GONÇALVES	O Idoso como Vitima da Alienação Parental por Aplicação Analógica do Artigo 2º da Lei 12.318/10.	TEREZA CRISTINA MONTEIRO MAFRA
JOAO VICTOR DE ALMEIDA ANDRADE FELIPE RETTORE PEREIRA	A Relevância do Direito na Expansão do Mercado Imobiliário.	VINICIUS GONTIJO
AMANDA DE SOUZA SILVA	As Interfaces entre Direito Administrativo Sancionado e Direito Penal Sancionado: Um Estudo Comparativo Sistematizado na Lei Anticorrupção.	LUCIANO SANTOS LOPES
JÚLIA MARIA RUSSO DE MAGALHÃES DRUMMOND	O Semipresidencialismo No Modelo De Portugal: Possibilidade De Sua Adoção Como Sistema De Governo No Brasil.	MONICA ARAGÃO MARTINIANO FERREIRA E COSTA
BÁRBARA MARIA MOREIRA PIMENTEL	História do Direito: A Integração da Mulher na Política Brasileira.	CHRISTIANA NORONHA RENAULT
VICTOR DANTE LATTANZIO	O Acordo de não Persecução Penal no Brasil. A Possibilidade de adaptar a Experiência Internacional à Realidade Nacional.	VITOR KILDARE VIANA PERDIGÃO
ISABELA XAVIER CARVALHO JÚLIA CHIPIAKOFF	Da Constitucionalidade dos Berçários e Creches em Penitenciárias Femininas.	ANA PAULA ARAÚJO DINIZ
ENZO SANTANA OLIVEIRA ALEXANDRE SPÍNOLA BARBOSA	Uma Análise Crítica: A Transação De Direitos Indisponíveis Da Administração Pública, Frente A Conflitos Entre Acionistas De Uma Cia De Capital Aberto.	MATEUS SIMÕES DE ALMEIDA
KAREN CHRISTINA IANNINI LUIZA NAZARÉ DE OLIVEIRA	A Demarcação de Terras Indígenas sob a Ótica Internacional.	DAVID FRANÇA RIBEIRO DE CARVALHO
DANIELLE LIMA MAGALHÃES HYANNA SOUZA AMORIM	Teoria Da Razão Comunicativa Versus Teoria Da Razão Instrumental Aplicada Pelos Advogados Nos Métodos Consensuais De Solução De Conflitos.	WANDER PAULO BRASIL PINTO/ LUCIANA CRISTINA DE SOUZA
DANIELLE GIACOMELLI DE ALMEIDA LEONARDO LARA RESENDE	A Eficácia Da Audiência De Conciliação Sob A Égide Do Código De Processo Civil De 2015.	DANIELA RECHIONI BARROSO

GABRIEL SILQUEIRA PASSARINI DE RESENDE	O Sistema de Autorregulação das Bolsas de Valores: Vantagens e Desvantagens à Atividade Empresária das Campanhas Abertas.	THALES POUBEL CATTAL PRETA LEAL
IURI TATO PIRAGIBE	Direito Administrativo: Inconstitucionalidades e Contradições nas Normas Positivadas de Desapropriação Privada.	PLINIO SALGADO
JOANA D'ARC QUEIROZ DE OLIVEIRA MARIA EDUARDA DA SILVA DIAS	Onde estão os Vereadores? Erradicação das Leis Obsoletas.	MARCIO LUIS DE OLIVEIRA

O Núcleo de Pesquisa e Produção Acadêmica – NPPA conta, ainda, com uma Comissão Interna de Pesquisa – CINP, composta por professores da Graduação e da Pós-Graduação que possuem regime parcial ou integral de dedicação. A CINP é órgão de assessoria da Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Produção Acadêmica e tem por finalidade promover o fortalecimento dos objetivos propostos por este setor da Instituição, também atuando como órgão organizador e recursal durante a Semana de Iniciação Científica.

Além disso, há o PPV – Programa de Pesquisa Voluntária, idealizado em 2014, após a X Semana de Iniciação Científica, para atender os interesses dos alunos e professores que pretendam se dedicar aos estudos acadêmicos e à investigação científica sobre temas relevantes para o Direito e suas áreas correlatas, e que se dispõem a fazê-lo independentemente da concessão de bolsas. Seu principal intuito é preparar e estimular o graduando da FDMC à pesquisa crítica e contextualizada, abrindo espaço no âmbito da academia para que os interessados possam participar mais amplamente.

No PPV, sob orientação de um professor com dedicação integral ou parcial de qualquer um dos ramos de Direito, os discentes participam de encontros de orientação, recebem informações sobre como aprimorar seus projetos e empreender uma pesquisa de melhor qualidade.

LISTA DOS PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS – Pesquisas em andamento

INÍCIO	TÉRMINO	CÓDIGO	NOME	PROJETO	ORIENTADOR(A)
02/02/2017		20940	Mikaella Lorena Marques Mendes Araújo	Precedentes obrigatórios analisados à luz do Código de Processo Civil – Eficácia do instituto considerando o princípio da celeridade processual	Daniela Recchioni Barroso
09/02/2017		20225	Afonso Faleiro	Direito <i>post mortem</i>	Mariana Lara
22/03/2017		21520	Gabriella Gomes Chaves	A mediação como método de solução de conflitos em face do aumento da litigiosidade em massa no contexto da crise econômica	Daniela Recchioni Barroso
26/03/2017		20619	Danielle Camile Oliveira Fonseca	Prisão proveniente da condenação em segundo grau de jurisdição: repercussão jurídica do <i>habeas corpus</i> 126.292	Vitor Kildare Viana Perdigão
29/03/2017		20607	Zaiah Loren Cafiero Soeiro	Sistema prisional brasileiro	Jadir Silva
30/03/2017		19491	Laís Pessoa Rosa	Mandatos coletivos: estudo de caso da PLATAFORMA MUITAS em Belo Horizonte-MG à luz da democracia	André Rubião Resende

				participativa	
05/04/2017		21325	Bárbara Campolina Paulino	Condição das presas no sistema penitenciário brasileiro	Jadir Silva
05/04/2017		21371	Sarah Cristina Paixão Ribeiro	Condição das presas no sistema penitenciário brasileiro	Jadir Silva

Por fim, é de se ressaltar que o ingresso do discente na atividade de pesquisa também é estimulado mediante a oferta de grupos de estudo oferecidos por diversos professores, em diferentes áreas, estando disponíveis ao final de 2017, na graduação, os seguintes:

GRADUAÇÃO	COORDENAÇÃO	ÁREA
As interfaces entre o Processo Civil e o Processo do Trabalho	Luiz Ronan Neves Koury	Direito do Trabalho
Teoria Geral do Direito Civil - GEDIC	Mariana Alves Lara	Direito Privado
Estudos e Pesquisa sobre o Código Civil - GECIV	Mariana Alves Lara e Felipe Quintella Machado de Carvalho	Direito Privado
Liberdade e o impacto jurídico da atuação estatal – LIBER	Mateus Simões de Almeida	Direito Privado
Reforma Trabalhista - GERT	Laura Ferreira Diamantino Tostes	Direito do Trabalho

3.3.1.3 Na Extensão:

3.3.1.3.1 Da finalidade e configuração da extensão: uma perspectiva ampliada

A extensão orienta-se, na Faculdade de Direito Milton Campos, além do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por duas diretrizes básicas: a mais diversificada oferta possível de serviços à comunidade, baseados no conhecimento produzido e ensinado; e a mais diversificada oferta possível de

atividades de extensão aos alunos (acessíveis, algumas delas, a alunos da pós-graduação e egressos), fazendo-se refletir no microcosmo da extensão a desafiadora e dinâmica realidade que os espera em sua vida profissional. Para isto, é necessário oferecer oportunidades de prática real, com atendimento ao público, mas também outras que, por ainda não serem viáveis como práticas reais (dada a especificidade do seu objeto ou do seu público, ou por serem ainda demasiado recentes como práticas sociais), são oferecidas como práticas simuladas, sempre em estreita relação com o ensino e a pesquisa. Espera-se que, nos próximos anos, parte destas práticas simuladas viabilizem-se como práticas reais.

Algumas atividades de extensão são tradicionais, representando a experiência inicial de extensão em faculdades de direito: são os núcleos em que se presta assistência judiciária à população mais carente, no aconselhamento, ajuizamento de ações, acompanhamento de processos, nas áreas cível, penal e trabalhista. Na Faculdade de Direito Milton Campos, tais atividades foram modernizadas e a estrutura, agora denominada escritório-modelo, transferiu-se em grande parte para o município de Nova Lima, onde a IES se localiza, na região metropolitana de Belo Horizonte; mantém-se na capital apenas o escritório trabalhista. Os escritórios-modelo cível e penal têm suas atividades em instalações da faculdade e em instalações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Nova Lima (Rua Benedito Valadares, 69 – térreo, Bairro Bonfim). Outras atividades, contudo, são mais inovadoras e representam uma resposta da IES às novas demandas sociais e profissionalizantes, como as já referidas mudanças nas práticas e a criação do CPJ – Centro de Práticas Jurídicas, já referido no item sobre o ensino.

Quanto ao CPJ, estrutura que desafia a divisão cartesiana entre os indissociáveis ensino e extensão, por contemplar atividades que se traduzem simultaneamente nos dois âmbitos da educação superior, tamanho foi o avanço promovido pelas diversas iniciativas realizadas pelos seus membros que, no segundo semestre de 2017, percebeu-se que o Centro concentrava algumas das principais iniciativas permanentes de extensão desenvolvidas no âmbito da Faculdade, apesar de existir um Núcleo de Extensão (NEX) autônomo, pertencente ao Centro de Extensão e de Atividades Extraclasse (CEPAE), projetos de inestimável contribuição da Milton Campos à comunidade de Nova Lima e arredores.

Sendo assim, para otimizar a administração acadêmica, o Conselho Superior aprovou o regulamento do CPJ em outubro de 2017, aumentando-o para Centro de Extensão e Práticas Jurídicas, absorvendo, com isso, o NEX.

Já na passagem para o ano de 2018, em face das experiências colhidas durante 2016 e 2017, quando se percebeu que a atividade precípua de alguns destes núcleos era ainda a pesquisa destinada a subsidiar trabalho futuro a ser realizado pela extensão, alguns destes grupos migrarão para o NPPA – Núcleo de Pesquisa e Atividades Acadêmicas, como oficinas de estudos avançados.

3.3.1.3.2 Das realizações da extensão em 2017 (incluído o CPJ)

São exemplos de realizações no âmbito da extensão propriamente dita, em 2017 (alguns já referidos no item 3.2.2, sobre Responsabilidade Social):

a) O PIEP Itinerante, programa em convênio com o MPMG em que professores, alunos e egressos voluntários visitam municípios com os mais baixos IDH de Minas Gerais e promovem o atendimento de cidadãos para orientá-los quanto aos seus direitos previdenciários (e em algumas localidades dá palestras), atendeu, em 2017, 875 pessoas em 18 municípios mineiros.

b) O PIEP Rua do Respeito foi criado em 2017, em convênio com o TJMG, o MPMG e o Servas, e promoveu atendimento previdenciário a 370 pessoas da população de rua em Belo Horizonte.

c) A Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais, programa em convênio com o MPMG, que realiza o estudo de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios enviados pelo Ministério Público de Nova Lima e indica ou não a mediação para a solução de conflitos, realizou 5 mediações positivas e 1 mediação negativa em 2017, tendo realizado 144 mediações desde 2012 (o decréscimo em 2016/17 deveu-se a sucessivas substituições das Promotoras de Justiça do Meio Ambiente em Nova Lima, no período assinalado; com a nova promotora designada, a perspectiva para 2018 é de um número crescente).

d) O Grupo de Estudos Avançados em Execução Penal, em convênio com o INESPE (Instituto Novalimense de Estudos do Sistema Penitenciário) e em contato com a Defensoria Pública e a Vara de Execuções Penais, continuou a atuar em

2017, quando orientou, peticionou, requereu, aconselhou detentos e seus familiares no sistema prisional em Nova Lima (o presídio conta com 118 detentos e há duas APAC's, uma feminina e outra masculina), em visitas semanais, produzindo relatório disponibilizado ao Diretor do Presídio e à comunidade de Nova Lima.

e) O Escritório Modelo – Área Cível, projeto de prática real da atividade advocatícia, presta auxílio à população carente de Nova Lima e, em 2017, atendeu 98 pessoas, homologou 8 acordos, realizou 21 visitas ao Fórum de Nova Lima para realização de audiências e mantém 37 casos judiciais em andamento, garantindo o direito dos jurisdicionados.

f) O Escritório Modelo – Área Penal, projeto de prática real da atividade advocatícia, prestou auxílio à população carente de Nova Lima.

g) O Escritório Modelo – Área Trabalhista (NPT), projeto de prática real da atividade advocatícia, prestou auxílio à população carente de Belo Horizonte, estando em 30/01/2018 com 240 beneficiários cadastrados.

h) O Núcleo da Diversidade, fundado em 2017, promove discussões acadêmicas acerca da temática da diversidade e realizou a Semana da Diversidade, em que se discutiram questões de gênero e relativas aos direitos de pessoas com necessidades especiais.

i) O Núcleo da Infância e da Juventude possibilitou a alunos o acompanhamento e participação de audiências reais na Vara Infração da Criança e do Adolescente da Comarca de Belo Horizonte, aprendendo sobre o procedimento de apuração do ato infracional supostamente praticado. Trata-se de uma experiência singular, uma vez que as mencionadas audiências tramitam em segredo de justiça; os membros participariam efetivamente na defesa de adolescentes em conflito com a lei, juntamente com o professor responsável pelo projeto. Houve um total de 100 atendimentos, com 65 casos solucionados.

j) Promoveu-se, novamente, em 2017, o Sarau da Montanha (01/10), um sarau literário e musical em que alunos, professores, funcionários e membros da comunidade puderam compartilhar sua arte e se divertir, estreitando laços e descobrindo talentos. Esteve presente o grupo “Lá da Favelinha”, composto por moradores do Aglomerado da Serra.

k) Em 16 de setembro de 2017 a Faculdade de Direito Milton Campos promoveu o Dia da Responsabilidade Social em Nova Lima, o que faz anualmente, no âmbito da campanha da Responsabilidade Social da ABMES (Associação Brasileira de

Mantenedoras do Ensino Superior), pela qual a FDMC é reconhecida – e recebe o respectivo Selo - como Instituição Socialmente Responsável. Participaram doze professores, quarenta e seis alunos e seis técnicos das Faculdades Milton Campos, que receberam noventa visitantes em seu stand e realizaram cinquenta e nove atendimentos, orientando a comunidade local em relação a direitos diversos e dispensando atenção especial a microempreendedores individuais da comunidade novalimense. A ação está registrada no site da ABMES, no link <https://sisdia.abmes.org.br/hotsite/atividade/id/3202/ano/2017> .

l) Foram realizadas, em 2017, 52 seminários e palestras na IES, versando sobre temas tão diversos quanto a atuação em profissões jurídicas, refugiados e apátridas, caminhos para a educação no Brasil, a reforma trabalhista, direito desportivo, mediação e neurociência, o estatuto da pessoa com deficiência, arbitragem e o Poder Judiciário, os efeitos jurídicos do *bullying*, estando disponível no CEPAE a listagem de eventos para oportuna consulta.

m) Houve uma sessão de julgamento do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, realizada sob a supervisão do Prof. Valter de Souza Lobato.

n) O NESC – Núcleo de Estudos em Solução de Conflitos, realizou oficinas de estudos em arbitragem, o seminário “Conexão e Cláusula Escalonada na Arbitragem”, participou de duas competições nacionais de arbitragem e mediação (*Pre-moot* do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – 11-12 de março de 2017; e IX *Pre-moot* da Universidade Positivo, realizado em Curitiba em 17-18 de março de 2017), e de três competições internacionais (12th International Mediation Competition em Paris, fevereiro de 2017; 24th *Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot* em Viena, abril de 2017; e I *CPR International Mediation Competition* em São Paulo, maio de 2017). Além disso, participou de três treinamentos, realizados em parceria com a CAMARB, a PUC/Minas e o CONIMA, em março e abril de 2017. Em dezembro de 2017, o grupo organizou as rodadas nacionais da *Stetson Moot Court* na Faculdade de Direito Milton Campos (prática simulada e eventos).

o) A Oficina de *Lawtechs* reuniu estudantes de graduação para debater, pesquisar e visualizar na prática a entrada de diversas tecnologias na atividade do advogado, buscando entender quais são as necessidades, consequências e perspectivas para o futuro. Comparecendo a eventos e tendo contato direto com as empresas que fornecem tais tecnologias, o aluno pôde ter uma visão crítica sobre a transformação

instrumental que está ocorrendo e se preparar melhor para a realidade que virá (prática simulada).

p) o NPP - Núcleo de Práticas Públicas em 2017 organizou e realizou as seguintes atividades de extensão:

- Em 15 de maio de 2017, de 8:00 às 12:00 h, no auditório C da Faculdade de Direito, palestra do Ministro Carlos Mário da Silva Velloso sobre "O Supremo Tribunal Federal: passado, presente e futuro". A palestra foi seguida de debate com os Professores Dra. Aline França Campos, Ms. Patrícia Henriques Ribeiro, Ms. Thiago Martins Almeida e serviu de base para a elaboração da Cartilha descrita abaixo.

- Os alunos elaboraram uma Cartilha sobre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. A cartilha descreve uma síntese histórica, composição, estrutura e principais competências dos Órgãos Superiores do Judiciário brasileiro. Ela contém organogramas, perguntas/respostas e conceitos dos principais assuntos referentes aos Tribunais. A cartilha está pendente de revisão de seu texto e aguarda publicação.

q) O NEPI – Núcleo de Práticas Internacionais organizou - e trouxe para que a FDMC fosse sede do evento - a 22ª Stetson International Moot Court Competition 2017/2018. Tal competição foi criada em 1996 e é a maior competição internacional dedicada exclusivamente ao Direito Ambiental Internacional e simula um julgamento perante a Corte Internacional de Justiça, principal órgão judicial do sistema da Organização das Nações Unidas. A coordenação do evento ficou a cargo dos Profs. David França e Henrique Napoleão Alves, ambos da FDMC. Foram inscritas equipes da UFMA, UFBA, Faculdade Baiana de Direito e Gestão e da Faculdade de Direito Milton Campos.

3.3.2. Comunicação com a Sociedade (Dimensão 4)

A Milton Campos possui um site atualizado frequentemente, com informações gerais sobre as faculdades, acesso à intranet e acesso aos sistemas de apoio ao Professor (SAP) e ao aluno (SAA). As notícias são atualizadas, via de regra, semanalmente, assim como é atualizada a presença da Milton Campos nas redes sociais –

Facebook, Instagram e LinkedIn. O setor de Comunicação da Milton Campos é assessorado pela empresa Árvore Gestão de Relacionamento.

Além disso, é mantido um canal da faculdade no YouTube, e a faculdade possui parceria com a TV Banqueta, de Nova Lima, acordo que se concretiza com participações semanais no programa Cultura Geral, em que os convidados são escolhidos entre professores, alunos e ex-alunos da IES. Estes programas tratam de assuntos que interessam tanto à comunidade acadêmica, quanto à sociedade novalimense, como por exemplo: (i) Diversidade (Prof. Felipe Quintella); (ii) Reforma Trabalhista (Profa. Daniela Rafael); (iii) Empreendedorismo e Inovação (Prof. Frederico Albuquerque); e (iv) Intolerância Religiosa e Preconceito (Prof. Henrique Napoleão).

Em 2017, foram encerradas as atividades do Jornal da Milton Campos (que era distribuído entre alunos e egressos e divulgado virtualmente no site). Considerou-se que o jornal não possuía o potencial de atingir o número de pessoas a que as redes sociais chegam atualmente.

É de se acrescentar que as atividades extensionistas também são um modo de a faculdade se comunicar com a sociedade, atraindo pessoas e divulgando, pela via dos serviços prestados e palestras oferecidas, o trabalho de ensino e pesquisa ali realizado.

Por fim, é de se ressaltar que a Ouvidoria também é procurada pelo público externo à Milton Campos, restando tal interação demonstrada detalhadamente no próximo item.

3.3.3 Política de Atendimento aos Discentes (Dimensão 9)

A Faculdade de Direito Milton Campos criou em 25/09/2017 o Núcleo de Apoio ao Discente - NAD, constituído pela incorporação do PRIFAVI – Programa Interdisciplinar Faculdade Viva, e do NAP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para expandir e otimizar o serviço já existente de assistência psicopedagógica aos acadêmicos na faculdade. Seu objetivo geral é o de desenvolver atividades psicopedagógicas que visam harmonizar e promover o autodesenvolvimento do discente, como sujeito do processo ensino-aprendizagem. São atividades desenvolvidas, entre outras, o acolhimento aos calouros (que já ocorria, todo

semestre em sede do PRIFAVI), atendimentos/orientações individuais aos alunos com dificuldades psicológicas, bem como pedagógicas e a elaboração de plano de ação de atendimento permanente ao discente, incluindo um programa direcionado a alunos com necessidades especiais.

É de se ressaltar que a existência e funcionamento da Ouvidoria integra a política de atendimento aos discentes, atuando de modo relevante.

Ademais, a Ouvidoria presta relevantes serviços, sendo de se destacar a sua atuação no ano de 2017:

OCORRÊNCIAS DA OUVIDORIA DAS FACULDADES MILTON CAMPOS ANO DE 2017

	Solicitação de Serviços	Pedidos de Informação	Reclamações	Currículos	Propaganda Contatos	Total Mês
Janeiro	13	12	5	8	15	53
Fevereiro	1	7	5	2	23	38
Março	3	7	1	2	27	40
Abril	0	6	1	1	12	20
Maio	1	2	4	0	14	21
Junho	1	2	6	4	23	36
Julho	1	2	2	2	27	34
Agosto	2	4	0	3	30	39
Setembro	1	5	0	1	13	20
Outubro	2	1	0	2	28	33
Novembro	1	6	0	2	30	39
Dezembro	1	1	2	1	20	25
TOTAL	27	55	26	28	262	398

Análise do quadro de ocorrências

No espaço aberto e democrático proporcionado pela Ouvidoria, é notório que, sem considerar os contatos comerciais (Propaganda/Contatos), as ocorrências se mantêm num nível de equilíbrio em termos numéricos.

As **solicitações de serviços** são encaminhadas aos setores competentes e a Ouvidoria acompanha até a solução final. Nesta categoria temos quase a totalidade de pedidos referentes a serviços acadêmicos que, geralmente, são resolvidos com presteza pelas secretarias acadêmicas das Faculdades.

Os **pedidos de informações** são encaminhados aos diretores acadêmicos ou chefes de setores administrativos, de acordo com a demanda. Também a Ouvidoria acompanha o desenvolvimento da ocorrência até a resposta ao requerente.

As **reclamações** são acompanhadas pessoalmente pela Ouvidora, mantendo a discricção e o sigilo que cada ocorrência exige. Em 2017, tivemos apenas uma reclamação de aluno que demandou um processo administrativo interno, resolvido por Comissão Interna, que ouviu as partes e chegou a uma solução institucional. Interessante ressaltar que apenas uma ocorrência de reclamação foi oriunda de docente. Todas as demais foram geradas por alunos e as insatisfações foram

analisadas, visando gerar um processo de melhoria no atendimento e incremento no processo de trabalho interno, ou seja, criando cultura de melhoria contínua.

Todos os **currículos** recebidos foram encaminhados ao Setor de Recursos Humanos e, no caso de docentes, também aos Coordenadores de Curso para conhecimento e análise. Nestes casos, a Ouvidoria não faz nenhum tipo de acompanhamento.

Fica evidente que a Ouvidoria também funciona como um canal de contato com o ambiente externo, o que fica evidenciado pelas ocorrências comerciais, agrupadas no item **Propaganda/Contatos**. Pelo número expressivo em relação aos outros itens, percebe-se que existe uma credibilidade externa no papel institucional da Ouvidoria, que é acionada para fins de estabelecimento de parcerias e de contatos diversos. Estas iniciativas, quando avaliadas pertinentes são repassadas aos setores internos, não havendo acompanhamento da Ouvidoria.

Concluindo, a Ouvidoria das Faculdades Milton Campos atua de maneira constante e discreta. É acionada para diversos fins e mantém o compromisso da busca de soluções, de forma eficaz e comprometida com o requerente e com o seu papel institucional, o que leva a solidificar seu papel como facilitador interno na busca de solução de problemas.

A Ouvidoria consolida-se cada vez mais como um setor que agrega valor ao trabalho das Faculdades Milton Campos, mantendo seu espaço institucional, que é respeitado e reconhecido pela comunidade acadêmica.

3.4 Políticas de Gestão:

3.4.1 Políticas de Pessoal (Dimensão 5)

Em 2017 a IES criou o Departamento de Recursos Humanos, com o objetivo de melhor compreender as relações humanas e de trabalho na instituição, a fim de impulsioná-la no processo de reestruturação que se iniciou com a atual gestão. Durante o ano em exame, o departamento, a partir de informações internas, do levantamento de processos e da observação de rotinas, continuou o procedimento de atualização do quadro de funcionários (havia funcionários muito antigos não

familiarizados com novas práticas, demandas e tecnologias da IES), treinou novos colaboradores e preparou treinamento a ser realizado em março de 2018 com todo o quadro de pessoal técnico-administrativo e de serviços gerais.

Quanto ao plano de cargos e salários, este se encontra em processo de reestruturação, com previsão para conclusão em 2018.

Informa o Secretário Acadêmico que a Faculdade de Direito Milton Campos possui, em 2017, 72 professores, dos quais:

- 4 se licenciaram;
- 39 exercem suas funções em regime integral de dedicação, 14 em regime parcial e 19 são horistas;
- 100% são professores com pós-graduação *stricto sensu*, sendo 30 doutores e 42 mestres (dentre estes, 12 doutorandos).

3.4.2 Organização e Gestão da Instituição (Dimensão 6)

A IES conta com diversos órgãos e comissões provisórias acadêmicos com funções definidas em regimento, composição definida por mandatos (há órgãos para os quais há eleição entre os pares, outros por nomeação via Diretoria) e atuação bastante autônoma, como o Conselho Superior (composto pela Diretora, pelo Coordenador Pedagógico, Secretário-Geral e Coordenadores de Área e por um representante discente apontado pelo Diretório Acadêmico), o Núcleo Docente Estruturante (que permanentemente delibera sobre as práticas docentes na IES), Coordenações de Áreas e de Núcleos (de Monitoria, de Extensão, de Trabalho de Conclusão de Curso, de Extensão, de Práticas Jurídicas, de Atividades Complementares, de Relações Institucionais, de Apoio ao Discente – que em início de 2018 foram divididos entre Núcleos de Atividade Acadêmica e Núcleos de Produção Acadêmica e Práticas Jurídicas), permitindo uma gestão razoavelmente descentralizada.

Em 2017 houve a substituição do Coordenador Pedagógico, em grande medida atendendo a demanda do alunado, e a substituição de 3 Coordenadores de Área e de 4 Coordenadores de Núcleo, demonstrando a disponibilidade da IES em renovar

seus órgãos de acordo com novas demandas e novos recursos de pessoal disponíveis.

Ao mesmo tempo, a Direção da IES continua aberta ao contato direto com o aluno, havendo sido avaliada como ótima, boa ou regular por 68 % dos discentes na pesquisa referente ao primeiro semestre de 2017 e, no segundo semestre de 2017, por 55% como sendo sempre e quase sempre acessível. O Secretário Acadêmico, Sr. Flávio Mendonça Chaves, que tem uma interface constante com o alunado, foi avaliado como ótimo, bom ou regular por 92% dos alunos, na primeira pesquisa, e, na segunda pesquisa, 84% apontaram que suas demandas são sempre ou quase sempre resolvidas.

3.4.3 Sustentabilidade financeira (Dimensão 10)

A IES conta, atualmente, com a consultoria do Instituto Águila, com o objetivo – já em parte realizado – de modernizar práticas de gestão e de possibilitar que a entidade mantenedora mantenha uma política constante de investimentos. A sustentabilidade financeira é indicada não somente pelo cumprimento, em dia, dos compromissos junto a funcionários do corpo técnico-administrativo e professores, mas também por uma política de investimentos que foi formulada em 2017 e cumprida conforme as expectativas da mantenedora, tais como:

- A contribuição para que membros dos corpos docente e discente realizassem viagens com fins acadêmicos (congressos, apresentação de *papers*, participação em concursos):
- Ajuda de Custo Competição Internacional (Laura Karan) - 14/03/2017
- Ajuda de Custo Congresso de Pós Graduação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Gabriel Costa Vilas Novas) - 20/04/2017
- Ajuda de Custo Hospedagem Prof. João Vianney (H Mais Administração Hotelaria LTDA) - 16/06/2017
- Ajuda de Custo Festa de Encerramento do 1º Semestre (Diretório Acadêmico Orozimbo Nonato D.A) - 20/06/2017
- Ajuda de Custo ao XXI Congresso Internacional de Direito Tributário (Abradt Associação Brasileira de Direito Tributário) - 08/08/2017

- Ajuda de Custo para locação de ônibus, levar os alunos aos Jogos Jurídicos Mineiros na cidade de Governador Valadares (Associação Atlética Acadêmica de Direito Prof. Salomão Cateb) - 11/09/2017
- Ajuda de Custo I Seminário Internacional Direito e Sociedade Reflexos Contemporâneos (Paulo José Ângelo Andrade) - 11/12/2017
- Ajuda de Custo para Confraternização de fim de ano da PM, conf. deferido pela Presidência. (Leko Distribuidora de Bebidas LTDA) - 15/12/2017

- O investimento na reforma da biblioteca e em livros;
- A reforma de toda a rede elétrica da faculdade, com vistas a uma eventual instalação de ar condicionado (em estudos).

3.5 EIXO 5 - Infraestrutura física

3.5.1 Infraestrutura geral

Ações:

- a) Atualização de todo o sistema elétrico da Faculdade, com vistas a ampliação de sua capacidade;
- b) Implementação do sistema de para-raios;
- c) Substituição das lâmpadas de todas as salas de aula por lâmpadas de LED, aumentando a luminosidade;
- d) Colocação de películas refletivas em todas as salas de aula (rejeição do calor 75%, proteção ultravioleta 95%);
- e) Finalização da instalação de piso tátil para deficientes visuais, em todo o prédio;
- f) Reforma de salas para a expansão da Biblioteca (vide abaixo em Biblioteca);
- g) Manutenção anual do prédio (pintura de todas as salas e corredores, manutenção dos jardins, manutenção em geral).

3.5.2 Biblioteca

Durante o ano de 2017, a Biblioteca da graduação da Faculdade de Direito Milton Campos contou com um número total de 55.333 exemplares de 16.454 títulos. Deste total 31.743 foram adquiridos por compra, 20.502 são oriundos de doações e 3.088 ingressaram pela reposição (multa ou livro). Foram incorporados, em 2017, oitocentos e setenta exemplares (254 por compra, 523 por doação e 93 por reposição).

Quanto a periódicos há um total de 1.915 títulos cadastrados, tendo sido incorporados em 2017 oitenta e oito títulos entre doações e assinaturas.

Em termos de empréstimos foram realizados 44.600 para alunos, 1.017 para professores, 424 para funcionários e 4 para outros.

Diversas (dezessete) instituições têm convênio com a Biblioteca da faculdade de Direito realizando empréstimos entre instituições, tais como a Faculdade de Direito da UFMG, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Há 5 (cinco) computadores para atendimento/processamento técnico e quatro computadores para o aluno fazer pesquisa.

O espaço físico da Biblioteca é de 497m², havendo, em 2017, 76 (setenta e seis) cabines de estudo individual e vinte e quatro assentos em mesas de estudos em grupo. No período de férias entre 2017 e 2018 houve a expansão da biblioteca para o segundo andar, com a disponibilização de nova área de 178,6m². A ampliação objetivou não somente uma expansão geral, mas principalmente o aumento do espaço para pessoas com necessidades especiais (todas as salas de estudos em grupo e quatro gabinetes individuais são acessíveis, estas dispoendo de computadores para consulta ao acervo e possibilidade de estudo individual). Foram acrescentadas 26 (vinte e seis) cabines de estudos individual e uma sala de estudos em grupo que totaliza 17 (dezessete) assentos, além um salão de leitura com capacidade para 8 (oito) alunos.

O acervo está incluso em base de dados, o empréstimo é informatizado e utiliza a biometria para confirmar a identidade do aluno.

Há uma política de constate atualização dos livros, mediante a consulta a professores e alunos. Quanto ao descarte, fazem-se constantemente doações de livros jurídicos e de literatura para bibliotecas de comunidades.

3.5.3 Infraestrutura de informática

Em 2017 houve a reestruturação de áreas internas de tecnologia da informação, com a mudança do CPD (Centro de Processamento de Dados), para o Setor de TI (um conceito mais amplo em termos de serviços em informação) em um movimento destinado a realizar a modernização dos serviços e funcionalidades de TI para os usuários destes recursos na IES, bem como para obter ainda maior versatilidade, eficiência e agilidade no site da Instituição, ao longo dos próximos anos.

Foram mantidos os equipamentos de hardware distribuídos na IES, sendo direcionados para a biblioteca, em sua expansão, seis terminais, sendo dois para atendimento/processamento técnico e quatro computadores para o aluno fazer pesquisa.

Foram atualizados os equipamentos de gerenciamento da rede wireless em áreas onde a concentração de usuários é maior, atendendo a demanda reiteradamente registrada pela comunidade acadêmica.

Está prevista para 2018 a implantação de um novo software de gestão da faculdade com implantação de novos portais de processo seletivo e portais de alunos e responsáveis e outras funcionalidades na área de gestão acadêmica.

4. Análise dos dados e das informações:

A análise a seguir se dividirá em eixos, conforme as informações prestadas, e dividir-se-á em análise quanto aos dados de 2017 e análise do triênio.

4.1 Análise dos dados referentes a 2017

4.1.1 Eixo 1

Pôde-se observar, em 2017, a continuidade do processo de evolução institucional da IES em face do processo de avaliação institucional. Houve conquistas claramente atribuíveis à avaliação institucional interna, dos quais talvez os mais visíveis sejam a reforma/ampliação da biblioteca (no recesso escolar entre 2017 e 2018), a reforma na rede elétrica para ampliar sua capacidade (o que se relaciona ao uso de

notebooks e outros equipamentos pelos alunos e permitirá a instalação de outros aparelhos pela IES) e a reforma curricular. O fato é que a avaliação institucional serviu de norte a inovações conduzidas em 2017, o que será avaliado eixo a eixo, abaixo.

Realizou-se, por mais um ano, o processo de autoavaliação institucional, agora mais consentâneo com o direcionamento da atenção aos eixos e à preocupação com o PDI. Apesar da descontinuidade entre as comissões – a composição da CPA foi quase integralmente modificada em 2017 – a autoavaliação foi continuada como prática, não se tendo realizado a partir de um projeto formalmente elaborado e aprovado, o que se prevê para o próximo triênio.

A participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação manteve-se estável no primeiro semestre, sendo considerável a participação nas pesquisas, ocorrendo um decréscimo no segundo semestre em razão de problemas técnicos referentes à aplicação do questionário. Observa-se que ainda é possível maximizar o envolvimento dos atores da comunidade acadêmica no processo, a depender de maior divulgação do que é a CPA, de sua composição e funções, dos resultados por ela obtidos, e da melhor utilização do Setor de Comunicação e do Departamento de Tecnologia da Informação – reestruturados recentemente, o que otimizará seus serviços – neste mister. É de se notar que a presença da Presidente do Diretório Acadêmico na Comissão e a interação com os representantes de turma aproximou esta comissão do alunado.

Os resultados das pesquisas, com a reestruturação do CPD – agora TI – passaram, na transição de 2017 para 2018, a estar mais disponíveis, mas é para o ano de 2018, com os novos recursos da TI, que estarão amplamente disponíveis para toda a comunidade acadêmica.

A elaboração do relatório obedeceu ao previsto na Nota Técnica nº 065/2014, com a transposição das dimensões do SINAES para os 5 Eixos, e com o acatamento do formato sugerido por respectiva norma.

4.1.2. Eixo 2

O desenvolvimento institucional em face do PDI foi avaliado em relação a um PDI em transição, conforme o relatado no item 3.2.1. Isto, se por um lado resultou em

uma avaliação em que os objetivos já se encontravam em grande medida atingidos, por estarem estabelecidos já por um período significativo, por outro serviu como instrumento de reflexão para a reelaboração do PDI, em um processo dialético, na medida em que novos desafios se mostram à Instituição, trazidos pelo próprio processo de autoavaliação.

São de se destacar, em 2017, como vetores especialmente significativos de realização dos objetivos institucionais, o grande incremento na ampliação no espectro da formação dos alunos para participação na sociedade brasileira, com a significativa diversificação de oportunidades de práticas simuladas e competições, consentâneas com as novas exigências impostas ao bacharel em direito (objetivo II); o incentivo ao desenvolvimento do espírito científico (objetivo I) e o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica (objetivo III), com o estímulo continuado e persistente à atividade de pesquisa da IES; o despertar quanto à consciência crítica e criativa da comunidade acadêmica em relação à democracia, ética, direitos humanos, cidadania e equilíbrio ambiental (objetivo VII), mediante a reforma curricular e o grande número de palestras e seminários envolvendo as temáticas citadas, além do trabalho na responsabilidade social (especialmente, PIEP e Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais); e a promoção da extensão, que se fortaleceu e, com a criação das práticas simuladas, prepara-se para a expansão das práticas reais, oferecidas à população.

É de se ressaltar, contudo, que a divulgação científica e, sobretudo, artística (objetivo IV) ainda demandam atenção da IES, pois, mesmo sendo os eventos científicos da IES em grande medida acessíveis ao público, mediante inscrição (e eles são amplamente divulgados nas redes sociais), seria desejável a ampliação destes canais de divulgação, como revistas impressas ou virtuais e mesmo a oferta de cursos a leigos; também a contribuição para o desenvolvimento e a preservação da memória regional (objetivo VIII) merecem esforço, seja pelo incremento da atuação da Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais em questões de patrimônio histórico (dependente do surgimento de casos concretos neste sentido), seja pela tentativa de celebração de outros convênios, além do já celebrado com o Ministério Público de Nova Lima.

4.1.3 Eixo 3

As políticas acadêmicas podem ser bem avaliadas. No ensino, a oferta da nova grade curricular, o alargamento do eixo de práticas, a abertura da monitoria voluntária, as práticas simuladas (que se encontram na fronteira entre ensino, pesquisa e extensão) são todas iniciativas louváveis que apontam para a evolução da IES neste sentido. Discentes que se graduam na FDMC têm hoje acesso a conteúdos e a práticas de ponta, ainda ausentes em outras IES, como formação em arbitragem e mediação, desenvolvimento de habilidades em competições nacionais e internacionais.

Na pesquisa, a política de oferta constante de bolsas, de grupos de estudo, a realização de eventos como a Semana de Iniciação Científica e o Fórum de Pesquisa, a possibilidade de obter orientação mesmo sem bolsa (pesquisa voluntária), enfim, estes indicadores apontam para uma prática continuada de proteção e incremento à pesquisa. Pode-se, contudo, sugerir a criação, renovação ou redimensionamento de canais de divulgação científica, a fim de dotar a pesquisa de meios para a sua mais adequada difusão (revistas).

Quanto à extensão, há uma política constante de expansão, desde 2016, continuando em 2017. Há programas extremamente bem-sucedidos, com impacto social relevante; há uma aproximação maior da comunidade de Nova Lima. Como já relatado, nesta expansão das práticas de extensão algumas atividades têm, com a reflexão da vivência até agora experimentada, se redirecionado para a pesquisa, como atividade precípua do grupo; contudo, como forma de subsidiar, de fortalecer, extensão futura a se realizar mediante práticas reais. Quanto à organização e realização de eventos, esta foi ampla em 2017, quantitativa (52 palestras e seminários, sendo que aqui se conta o seminário como um evento, desconsiderando o número de palestras em cada deles) e qualitativamente (versando sobre temas diversos – vide item 3.3.1.3.2), refletindo a abertura da IES à presença externa, tanto de palestrantes quanto de público. Como ressalva, pode-se notar que atividades como cursos especificamente dirigidos à comunidade leiga podem receber maior incremento (há os cursos oferecidos no âmbito do PIEP e do NIJ); entre publicações dirigidas ao público há a cartilha do NPP à espera de publicação; enfim, há espaço para a ampliação das atividades de extensão, embora não se possa deixar de reconhecer que a extensão praticada pela IES em 2017 foi diversificada e abrangente, bem como comprometida com a comunidade de Nova Lima.

4.1.4 Eixo 4

A gestão da IES, em suas duas frentes – a gestão da IES, mantida e do CEFOS, a mantenedora – tiveram novidades em 2017.

Na IES, a renovação na Coordenação Pedagógica (julho de 2017), em Coordenações de Área e em Coordenações de Núcleos, além do redesenho da estrutura do organograma dos núcleos, promoveram agilidade e trouxeram novas ideias e iniciativas que já se manifestaram ainda em 2017, como por exemplo, a nova grade curricular (1º semestre) e a Monitoria Voluntária (2º semestre).

Historicamente houve uma política de estímulo à capacitação docente, mas a IES atingiu o índice de 100% de professores mestres ou doutores, sendo que vários dentre os mestres são doutorandos. Em anos anteriores, na Semana de Iniciação Científica, houve programação especificamente dirigida a professores, o que se pode sugerir aqui que retorne, sobretudo em relação a temas como oportunidades de doutoramento, a gestão de currículos Lattes, a atualização em técnicas de ensino ou de avaliação e novas tecnologias no ensino.

Quanto ao CEFOS - a mantenedora, ressalte-se que a renovação de parte do quadro de funcionários parece ter imprimido mais agilidade e qualidade a determinados serviços, mas se observa, ainda, a necessidade de implementação do plano de cargos e salários, para o qual há a expectativa de que seja finalizado em razoável espaço de tempo, mediante a contribuição do novo Departamento de Recursos Humanos.

A consultoria externa parece ter contribuído para equilibrar o orçamento, o que permitiu a realização de investimentos há muito demandados, como a ampliação das instalações da biblioteca, o aperfeiçoamento do sistema da rede wireless, a ampliação e modernização da rede elétrica, e de outros solicitados ao longo do ano, como a concessão de bolsas a estagiários dos escritórios-modelo (vinculados ao CPJ) e o incentivo financeiro em viagens relativas a participações em congressos, seminários e competições (ex: NESC e Associação Atlética), para a realização de congressos e palestras na instituição (I Seminário Internacional Direito e Sociedade: reflexos contemporâneos).

4.1.5 Eixo 5

Foram realizados investimentos em manutenção e adaptação do prédio da Faculdade de Direito, destinados à ampliação da capacidade elétrica (a fim de permitir mais equipamentos plugados simultaneamente e permitir uma futura instalação de ar condicionado), à proteção das salas de aula em relação ao calor e insolação (instalação de película de proteção), à melhor iluminação das salas (lâmpadas foram substituídas por LED), à finalização do piso tátil e do equipamento das salas de aula com data show e tela retrátil.

A biblioteca recebeu investimento tanto em atualização e expansão do acervo quanto em sua reforma, detalhada no item 3.5.2. O investimento foi significativo, correspondendo R\$ 78.736,00 somente em investimento em acervo.

Por fim, a preocupação com investimento em tecnologia resultou tanto na contratação de um sistema de gestão de informações novo (em implantação), que impactará em todos os setores informatizados da instituição, quanto na atualização de equipamentos para melhoria do sistema wireless.

5. Análise comparativa dos relatórios 2015/2016 e 2016/2017

Em atendimento ao disposto na Nota Técnica INEP\DAES\CONAES Nº065 quanto ao relatório integral, e baseando-nos em balanços atuais empreendidos pela composição anterior da CPA, esquematizamos abaixo o andamento de sugestões feitas nos anos anteriores. A perspectiva desta análise é, pois comparativa e evolutiva, valorizando a visão expressa nos relatórios anteriores, eixo a eixo.

PROPOSTAS – Relatório 2015
Aperfeiçoamento dos questionários de avaliação institucional e aumento de sua frequência. Eixo 1(Planejamento e Avaliação Institucional) – Em andamento <u>Considerações:</u> inalterado em 2016. Em 2017, a transição de composição da CPA e a reestruturação do Departamento de TI implicaram em um processo de adaptação dos questionários e resultou na impossibilidade da realização de questionários com maior frequência do que a habitual.
Aproximação da CPA junto aos alunos com visitas às salas de aula e ações de divulgação e de estímulo à participação no relatório de avaliação institucional. Eixo 1(Planejamento e Avaliação Institucional) – Atendida <u>Considerações:</u> Em 2017 a CPA expandiu a divulgação a respeito da pesquisa e conta com um anúncio em aparelho de televisão no saguão da faculdade.

<p>Criação de uma newsletter para maior divulgação das atividades junto aos egressos. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) - Atendida virtualmente <u>Considerações:</u> O setor de comunicação está reformulando o seu esquema de comunicação com os egressos.</p>
<p>Reestruturação do setor de pesquisa e aproximação entre Graduação e Pós-graduação. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) - Em andamento. <u>Considerações:</u> Destaca-se a realização já no segundo ano consecutivo de Fórum de Pesquisa que integra Graduação e Pós.</p>
<p>Utilização das informações dos ingressantes para compilar o perfil dos alunos e contribuir no apoio pedagógico. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Em andamento <u>Considerações:</u> O NAD, constituído em 2017, é coordenado por uma Professora do primeiro período, que é também coordenadora da área de Direito Público; e tem, além disso, como integrantes uma psicóloga, que leciona também no primeiro período e uma professora de metodologia, o que propicia condições favoráveis ao acolhimento dos alunos.</p>
<p>Maior frequência de reuniões das Diretorias com professores, funcionários e alunos. Eixo 4 (Políticas de Gestão) – Em andamento <u>Considerações:</u> Há reuniões regulares do Conselho Superior, do NDE, dos representantes de turma e das coordenações de área.</p>
<p>Implementação efetiva do plano de cargos e salários para permitir de forma objetiva a definição dos horários e atividades dos docentes em regime e corpo técnico-administrativo. Eixo 4 (Políticas de Gestão) - Em andamento <u>Considerações:</u> A implantação do Departamento de Recursos Humanos ofereceu subsídio para uma melhor compreensão dos processos internos da faculdade e resultou em uma análise mais aprofundada do plano de cargos e salários, em fase de reexame.</p>
<p>Deslocamento dos gabinetes para acesso no 2º andar da Faculdade, próximo à Sala dos Professores. Eixo 5 (Infraestrutura física) – Atendida</p>
<p>Reforma da biblioteca. Eixo 5 (Infraestrutura física) – Atendida <u>Considerações:</u> destaca-se que no ano de 2017 a Biblioteca passou por reforma e ampliação, passando a contar com mais um andar.</p>
<p>Atualização do Laboratório de Informática, da rede wireless e do acervo da biblioteca. Eixo 5 (Infraestrutura Física) – Em andamento <u>Considerações:</u> foram realizados investimentos nas três áreas.</p>
<p>Continuação do plano de reforma dos banheiros. Eixo 5 (Infraestrutura Física) - Em andamento <u>Considerações:</u> Os banheiros dos pisos térreo e dos auditórios foram adequados à acessibilidade.</p>

PROPOSTAS – Relatório 2016

<p>Parceria com o Diretório Acadêmico para a realização de campanhas solidárias. Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional) - Atendido</p>
<p>Aumentar a frequência da visita de orientação sobre direitos em escolas públicas para auxiliar a comunidade da microrregião. Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional) – Em andamento</p>

<p><u>Considerações:</u> foi realizada uma visita no ano de 2017.</p>
<p>Revisão do Currículo Acadêmico pelo Núcleo Docente Estruturante com a participação dos alunos. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Atendida</p> <p><u>Considerações:</u> A reforma do currículo resultou de ampla discussão e resultou em uma grade flexível, racionalizada, em atendimento a novas diretrizes do MEC e com novas opções de práticas.</p>
<p>Adoção de procedimento uniforme para a criação de Grupos de Estudos junto ao Núcleo de Pesquisa e Produção Acadêmica – Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Em andamento</p>
<p>Previsão de publicação de um volume da Revista de Iniciação Científica para o ano de 2017 – Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Não atendida</p> <p><u>Considerações:</u> não atendida a publicação da Revista, foram publicados, contudo, virtualmente, os anais da Semana de Iniciação Científica.</p>
<p>Realização de uma Edição do Sarau da Montanha no ano de 2017 - Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Atendido</p> <p><u>Considerações:</u> Promoveu-se, novamente, em 2017, o Sarau da Montanha (01/10), um sarau literário e musical em que alunos, professores, funcionários e membros da comunidade puderam compartilhar sua arte e se divertir, estreitando laços e descobrindo talentos. Esteve presente o grupo “Lá da Favelinha”, composto por moradores do Aglomerado da Serra.</p>
<p>Continuar a divulgação dos crescentes números de atendimentos da Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais e do Programa de Inclusão Previdenciária (PIEP). Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Parcialmente Atendidos</p> <p><u>Considerações:</u> Na Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais houve um decréscimo de mediações realizadas em razão de sucessivas substituições de Promotoras na titularidade da Promotoria Ambiental. <u>Em final de 2017</u> a situação foi solucionada com a previsão da retomada de um número crescente de mediações para o próximo ano. Os atendimentos do PIEP foram incrementados com o programa Rua do Respeito.</p>
<p>Manter a participação de um professor especialista em Direito da Criança e do Adolescente junto à Vara Infração da Infância e Adolescência. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Atendido</p>
<p>Atualização mais frequente do site e das redes sociais, com a contratação de um serviço especializado em gestão de redes sociais. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – Atendido</p>
<p>Implementação e gravação de vídeos para o canal institucional da IES. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas). Atendido</p>
<p>Realização de levantamento do perfil dos estudantes ingressantes por parte da Comissão Própria de Avaliação a partir das informações fornecidas no ato da matrícula inicial. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – não atendido.</p> <p><u>Considerações:</u> a CPA está reavaliando a utilidade da especificidade destas informações e, ademais, o processo de reestruturação do Departamento de TI já dificultou a realização das pesquisas usualmente feitas. Espera-se que o novo TI viabilize tecnicamente o aprimoramento da realização das pesquisas feitas junto aos públicos internos.</p>
<p>Maior frequência das visitas da Coordenação Pedagógica em sala de aula. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – em andamento.</p>
<p>Atender à demanda dos alunos de oferta de oficinas e palestras que orientem os discentes quanto à carreira jurídica a ser seguida dentre as opções de mercado. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) – parcialmente atendido.</p>

<p><u>Considerações:</u> Houve palestras sobre a atuação no Poder Judiciário, no Ministério Público e sobre a carreira de Delegado de Polícia.</p>
<p>Retorno das reuniões entre Diretores, Coordenadores e discentes. Eixo 4 (Políticas de Gestão) – em andamento.</p>
<p>Divulgação do plano de cargos e salários ao corpo docente e técnico administrativo, considerando que é uma demanda de ambas as categorias. Eixo 4 (Políticas de Gestão). Em andamento.</p>
<p>Criação de um sistema de controle financeiro que autonomize a gestão de recursos pelos Núcleos de atividades para realização e participação em eventos. Eixo 4 (Políticas de Gestão) – Não atendida</p>
<p>Incremento do Programa de apoio à formação e participação científica do docente em atividades externas, visto que é uma demanda do corpo de professores. Eixo 4 (Políticas de Gestão) – Em andamento</p> <p><u>Considerações:</u> A mantenedora tem estimulado, pela via do financiamento, a participação de docentes e discentes em eventos científicos e a publicação de livros.</p>
<p>Instalação de totens de carregamento de aparelhos celulares e tablets nas áreas de circulação. Eixo 5 (Infraestrutura física). Em andamento.</p> <p><u>Considerações:</u> primeiramente foi reformada toda a parte elétrica da faculdade, de modo a oferecer a capacidade estrutural necessária para a instalação dos totens.</p>
<p>Melhoria da cantina e a criação de espaço de convivência com instalação de mesas. Eixo 5 (Infraestrutura física) – Em andamento.</p> <p><u>Considerações:</u> com a participação do Diretório Acadêmico foi contratada nova cantina, a antiga cantineira já foi notificada da substituição por nova empresa, e já há projeto aprovado quanto às novas instalações.</p>
<p>Realização de um estudo sobre a qualidade dos equipamentos tecnológicos para verificar a viabilidade de substituição ou locação dos mesmos. Eixo 5 (Infraestrutura física) – em andamento.</p>

6. Ações com base na análise

As ações abaixo foram previstas a partir da análise dos dados e das informações visando a melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da Instituição. São propostas não apenas para o próximo ano, mas para o próximo triênio, obedecendo à lógica proposta na Nota Técnica nº 065/2014, de dois relatórios parciais e um relatório integral. São elas:

- Celebração de outros convênios além do já celebrado com o Ministério Público de Nova Lima (item 4.1.2 – Eixo 2);
- Oferta de cursos, com temas específicos, destinados à comunidade de Nova Lima (item 4.1.2 - eixo 2);

- Retorno da publicação da Revista Acadêmica e do Jornal da Faculdade de Direito Milton Campos e da Revista da Semana de Iniciação Científica - SIC (item 4.1.2 - Eixo 2);
- Contribuição para o desenvolvimento e a preservação da memória regional, com incentivo à atuação da Câmara de Mediação de Conflitos Socioambientais. (item 4.1.2 - Eixo 3);
- Continuidade e ampliação das atividades do PIEP (item 4.1.2 - Eixo 3);
- Sugerir a criação, renovação ou redimensionamento de canais de divulgação científica, a fim de dotar a pesquisa de meios para a sua mais adequada difusão (revistas) (item 4.1.3 – Eixo 3);
- Elaboração e implementação de uma política efetiva de acompanhamento e comunicação com os egressos (item 4.1.3 - Eixo 3);
- Manter em parceria com o Diretório Acadêmico (DACON) o atendimento à crescente solicitação dos alunos de oferta de oficinas e palestras que orientem os discentes quanto a carreira jurídica a ser seguida dentre as opções de mercado. (item 3.3.1 - Eixo 3).
- Finalização do Plano de cargos e salários – que continua sem implementação – Com relação aos professores (item 3.4.1- Eixo 3) e ao corpo administrativo (item 4.1.4 – Eixo 4) aproveitando a contribuição do novo Departamento de Recursos Humanos;
- Retorno, na Semana de Iniciação Científica – SIC, da programação especificamente dirigida a professores, sobretudo em relação a temas como oportunidades de doutoramento, a gestão de currículos Lattes, a atualização em técnicas de ensino ou de novas tecnologias no ensino (item 4.1.4 – Eixo 4);
- Adoção de uma política permanente de incentivo financeiro em viagens relativas a participações em congressos, seminários e competições (item 4.1.4 – Eixo 4);
- Previsão de implantação (para 2018) de um novo software de gestão da faculdade com implantação de novos portais de processo seletivo e portais de alunos e outras funcionalidades na área de gestão acadêmica (item 3.5.3 – Eixo 5);

- Acelerar a atualização de equipamentos para melhoria do sistema wireless, principalmente das salas de aulas (item 4.1.5 – Eixo 5);
- Elaboração de um projeto para expansão do acervo da Biblioteca pela via digital (item 3.5.2 – Eixo 5);
- Conclusão da adaptação de todos os banheiros da IES às necessidades de portadores de deficiência. (item 4.1.5 - Eixo 5);
- Implementação de um espaço de convivência para os alunos e professores, com a substituição da cantina (item 3.5.1 - Eixo 5);
- Instalação de um toldo na entrada principal da faculdade para minorar os efeitos das chuvas (item 3.5.1 - Eixo 5);
- Instalação de totens de carregamento de aparelhos celulares e tablets nas áreas de circulação (item 3.5.3 - Eixo 5);

7. CONCLUSÃO

A elaboração deste relatório representou, para esta nova composição da CPA, um instrumento não somente de reflexão sobre a IES e sua mantenedora, mas em grande medida sobre o próprio significado da atuação desta Comissão dentro da Instituição. A CPA hoje se vê como parceira da IES, ao lhe permitir enxergar-se e projetar expectativas e intenções. Agora, com a experiência da realização de um relatório integral, a CPA consegue compreender melhor o seu papel para auxiliar o tanto quanto possível, doravante, continuamente, nos processos de aprimoramento das atividades acadêmicas e de gestão da Instituição.

Neste relatório integral pode-se perceber o notável avanço da IES, que nos últimos anos modernizou-se, dedicando-se intensivamente a sua adaptação às novas exigências postas a Instituição do século XXI.

A inserção da IES na era do conhecimento, mediante a incorporação de inovações científicas e tecnológicas, e visando promover no aluno a capacidade de aprender a aprender faz com o que a própria Instituição neste processo também aprenda a aprender, inspirada pelos valores da sustentabilidade, da inclusão e da diversidade.

A Milton Campos, fortemente lastreada por uma tradição de excelência, enxerga com gratidão o seu passado, mas se volta para o futuro com o ímpeto de evoluir,

não ignorando que este crescimento envolve algum sofrimento e muita esperança.

A grande missão é entregar um aluno pronto para fazer face à miríade de desafios que ele hoje enfrenta no mercado.

Nova Lima, 27 de março de 2018.

Composição da CPA

Representantes docentes:

Coordenadora: Professora Christiana Noronha Renault de Almeida

Vice-Coordenadora: Professora Daniela Recchioni Barroso

Secretária: Professora Sandra Mara Santos Rodrigues Carsalade

Representantes do corpo técnico-administrativo:

Sra. Cláudia Maria França Dutra

Sr. Expedito Éder de Abreu

Representantes da sociedade civil:

Sr. Guilherme Gosling de Oliveira Lott Lage

Sra. Rachel Moraes de Mattos

Representantes discentes, indicados pelo Diretório Acadêmico Orozimbo Nonato:

Srta. Carla Assis Rahme

Sr. Fernando Moreno Pires Costa (suplente)